

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A RELAÇÃO ENTRE O AUMENTO DO
CONSUMO DAS FAMÍLIAS E O DESEMPENHO
DO COMÉRCIO VAREJISTA BRASILEIRO AO
LONGO DO GOVERNO LULA 2003–2010**

THIAGO DIAS GONÇALVES

matrícula nº 110052220

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Felipe Cury Marinho Mathias

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A RELAÇÃO ENTRE O AUMENTO DO
CONSUMO DAS FAMÍLIAS E O DESEMPENHO
DO COMÉRCIO VAREJISTA BRASILEIRO AO
LONGO DO GOVERNO LULA 2003–2010**

THIAGO DIAS GONÇALVES

matrícula nº 110052220

ORIENTADOR: Prof. Dr. João Felipe Cury Marinho Mathias

As opiniões expressas neste trabalho são da exclusiva responsabilidade do autor

Se todos os economistas fossem postos lado a lado, nunca chegariam a uma conclusão.
George Bernard Shaw

AGRADECIMENTOS

À toda minha família, tios, avós, primos, irmã, mas em especial aos meus pais Maria e Antônio que sempre estiveram presentes em todas as etapas da minha vida me dando coragem e incentivo para seguir em frente, que sempre fizeram o possível e o impossível para que eu tivesse as melhores condições de ensino que estavam ao seu alcance.

À minha namorada Ana Beatriz que sempre me apoiou e me incentivou nos momentos em que eu achava que não conseguiria os resultados necessários.

Aos grandes amigos da UFRJ, Renan, Breno, Lucas, Luiz, Evelyn e Enza, que tornaram o dia a dia mais animado e com muitas histórias marcantes.

Aos demais amigos que não estiveram presentes durante o curso, mas que marcaram meus dias com muita amizade e companheirismo.

Ao meu orientador João Felipe, pelas suas excelentes aulas e grande dedicação ao curso de graduação, passando não apenas conhecimentos presentes nos manuais, mas trazendo elementos da economia e da política atual para dentro da sala de aula.

Aos funcionários do Instituto de Economia da UFRJ que prestaram com maestria serviços fundamentais nos anos em que eu estive presente.

RESUMO

Com a ascensão do PT ao governo em 2003 sob comando do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, iniciaram-se políticas de cunho social referentes a transferências de renda direta à população presente nas camadas sociais mais baixas, o aumento real do salário mínimo, além da grande expansão de crédito que houve no Brasil durante tal período. Tais fatos por sua vez, foram os grandes impulsionadores do crescimento do varejo brasileiro. O grande “boom” do comércio varejista brasileiro ao longo do período entre 2003 e 2010 tem sua origem nas políticas de maior distribuição de renda, valorização do salário mínimo brasileiro, investimentos na agricultura familiar e democratização do crédito no Brasil que impulsionaram o consumo através de um aumento na renda geral da população. Vale exaltar que o desenvolvimento tecnológico referente às vendas pela internet e ao marketing estabelecido através das redes sociais também foram fatores que auxiliaram nesse processo, porém estes não serão o foco desta análise. O objetivo deste trabalho é mostrar através das informações contidas nas Contas Nacionais do Brasil e sob a ótica da Contabilidade Social, os motivos que levaram a esse excelente momento para o varejo brasileiro durante o período de governo Lula e os impactos desse crescimento para o PIB brasileiro, nível de desemprego e volume de vendas.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO 1 – O VAREJO E AS CONTAS NACIONAIS.....	10
1.1 – O Conceito de Varejo.....	10
1.2 – A Origem do Varejo no Mundo.....	11
1.3 – Varejo: O Caso Brasileiro.....	13
1.4 – O Consumo.....	16
1.5 – A Importância do Crédito para o Consumo.....	17
1.6 – As Contas Nacionais.....	18
1.7 – O Sistema de Contas Nacionais Brasileiro.....	21
CAPÍTULO 2 – A CONJUNTURA ECONÔMICA QUE POSSIBILITOU O AUMENTO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS AO LONGO DO GOVRNO LULA 2003 – 2010.....	24
2.1 – A Conjuntura Econômica e Social do Governo Lula pré-crise (2003 – 2008).....	24
2.2 – A Conjuntura Econômica e Social do Governo Lula durante a crise (2008 – 2010).....	30
2.3 –A Distribuição Funcional da Renda e o Bolsa Família	36
CAPÍTULO 3 – O DESEMPENHO DO VAREJO BRASILEIRO AO LONGO DO PERÍODO 2003 2010.....	41
3.1 – A Pesquisa Anual do Comércio e o Varejo Brasileiro	42
3.2 – Os Indicadores do Comércio Varejista ao Longo do Governo Lula 2003 – 2010	43
3.3 – A Crise Econômica e o Desempenho do Varejo Brasileiro – Aspectos Positivos e Negativos da Conjuntura Econômica Analisada.....	49
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	57

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Desempenho do Saldo de Transações Correntes entre 2003 e 2010 em % do PIB.....	27
Gráfico 2 – Balança Comercial Brasileira 2003-2010 em US\$ Bilhões.....	29
Gráfico 3 – Evolução da Quantidade de Cartões de Crédito, Débito e Lojistas no Brasil 2002-2010 (Em bilhões)	31
Gráfico 4 – Relação entre o Volume de Crédito em % do PIB.....	33
Gráfico 5 – Volume de Crédito em Bilhões de Reais	34
Gráfico 6 – Índice de GINI – Brasil – Norte e Nordeste 2001-2010.....	38
Gráfico 7 – A relação da distribuição de verba com o Bolsa Família e o Coeficiente de Gini no Norte e no Nordeste	39
Gráfico 8 – Participação do Valor Adicionado pelo Comércio ao PIB Brasileiro 2003-2010.....	43
Gráfico 9 – Número de Empresas x Receita Líquida de Revenda em 2010.....	44
Gráfico 10 – Margem de Comercialização 2003 x 2010.....	45
Gráfico 11 – Crédito para Financiamento de Veículos por pessoa Física entre 2007 e 2010.....	47
Gráfico 12 – Faturamento do Setor Supermercadista Brasileiro 2004 – 2010.....	49
Gráfico 13 – Evolução da Classe Média Brasileira (C) 2003-2011.....	50

Lista de Figuras e Tabelas

Figura 1 – Fluxo Circular da Renda Ampliado	19
Tabela 1 – Contas Econômicas Integradas – representação esquemática	22
Tabela 2 – Evolução do Salário Mínimo Real – 2002 até 2011.....	26
Tabela 3 – Conta Financeira Brasileira 2005-2009.....	32
Tabela 4 – Desempenho do Produto Interno Bruto Brasileiro 2003-2010 em milhões.....	34
Tabela 5 – Taxa de Juros SELIC 2003-2010.....	35
Tabela 6 – Componentes do PIB sob a ótica da renda.....	36
Tabela 7 – O Comércio Varejista e o Comércio Varejista Ampliado.....	42
Tabela 8 – A evolução da participação varejista na economia brasileira ao longo do primeiro governo Lula 2003 – 2006.....	45
Tabela 9 – A evolução do faturamento brasileiro por segmento durante o primeiro Governo Lula 2003 – 2006.....	46
Tabela 10 – O crescimento % do varejo sob a ótica regional no período 2004-2007.....	47
Tabela 11 – Componentes do PIB sob a Ótica da Despesa 2008-2010.....	51
Tabela 12 – Formação Bruta de Capital Fixo em Valores Reais de 2003 – 2010.....	52

INTRODUÇÃO

O comércio varejista vem assumindo uma crescente importância no panorama econômico e social do país desde 2003, houve uma forte expansão de empresas varejistas bem como do consumo das famílias brasileiras, é uma atividade dinâmica e que se relaciona com diversas variáveis macroeconômicas.

Ao longo do período 2003 e 2010 houve um forte crescimento do mercado varejista brasileiro como resultado do aumento real dos salários, programas de transferência direta de renda, expansão do crédito e redução na taxa de desemprego, tais fatores foram elementos muito importantes na expansão do mercado consumidor brasileiro, que promoveu a entrada de diversas redes varejistas especializadas em diferentes ramos no Brasil.

O período analisado neste trabalho engloba os dois governos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e tem como principal objetivo mostrar a evolução e o comportamento dos indicadores relacionados ao comércio varejista brasileiro e expor uma ótica relacionada a Contabilidade Social com a utilização de conceitos e ferramentas macroeconômicas utilizadas para analisar o Sistema de Contas Nacionais Brasileiro.

Pode-se observar ao longo do primeiro capítulo a contextualização histórica do varejo tanto no mundo quanto no Brasil ao longo dos anos, havendo entrada de novos participantes ano após ano e desenvolvimento de novas estratégias empresariais e operacionais para relacionar marca e cliente.

Ao longo do primeiro capítulo são expostos os principais conceitos que englobarão este trabalho até o seu capítulo final, ele mostra as primeiras atividades comerciais conhecidas no mundo como a troca de objetos entre indivíduos até o nascimento e desenvolvimento dos grandes conglomerados varejistas e grandes shoppings centers do Brasil e do mundo. Pode-se observar também importantes conceitos como o de varejo, consumo e as principais ideias que envolvem a análise do Sistema de Contas Nacionais Brasileiro.

O segundo capítulo mostra a conjuntura econômica dos dois governos Lula, sendo o primeiro entre 2003 e 2006 e o segundo entre 2007 e 2010. Ao longo desse capítulo, pode-se observar a grande disparidade existente entre os dois períodos analisados, onde o primeiro é marcado por uma excelente conjuntura internacional, forte elevação dos juros para conter a

inflação e grande incerteza sobre a economia brasileira diante de um governo esquerdista, enquanto o segundo é marcado pelos acontecimentos da crise internacional de 2008, pela expansão do crédito e pelo crescimento do mercado consumidor brasileiro.

O terceiro capítulo tem o objetivo de explicitar resultados e indicadores diretamente ligados ao comércio varejista brasileiro durante o período em questão neste trabalho, foram utilizados indicadores de vendas, emprego, crescimento econômico e participação no PIB brasileiro.

Vale exaltar a utilização da Pesquisa Mensal e Anual do Comércio, bem como os dados relacionados ao Sistema de Contas Nacional, todos oriundos do IBGE. Em suma, este trabalho inicia-se com uma contextualização histórica e explicitação de conceitos relacionados ao varejo e a Contabilidade Social, parte para uma explicitação histórica do período composto por dois governos do presidente Lula e é finalizado com uma avaliação de dados e resultados.

CAPÍTULO 1 – O VAREJO E AS CONTAS NACIONAIS

O conceito de varejo é amplo e pode ser dividido e classificado de inúmeras formas e tipos, se desenvolveu de forma acelerada a partir de 1970, porém está presente na sociedade muito antes de um elemento que hoje é fundamental para o comércio, a moeda.

Este capítulo tem como principal objetivo comentar e relacionar os quatro principais elementos que serão chave para este trabalho, o varejo, consumo, crédito e o Sistema de Contas Nacionais, descrevendo e elucidando suas relações e conceitos para melhor entendimento dos demais capítulos.

1.1 – O CONCEITO DE VAREJO

O termo “varejo” engloba diversas atividades e serviços que estão presentes no cotidiano de todos os indivíduos da sociedade. Tal conceito sofre transformações ao longo das décadas por conta do avanço tecnológico e da ampliação da rede de serviços oferecidos pelas empresas aos seus consumidores finais.

O conceito de varejo consiste em atividades que envolvem vendas a consumidores finais, sejam elas de produtos ou serviços. Pode-se incluir neste conceito, desde alimentos, vestuário, mobiliários, materiais de construção e automóveis. Assim, é válido colocar o conceito de varejo como uma atividade que envolve negócios que adicionam valor a determinados produtos e serviços, sendo tal conceito o último estágio do processo de distribuição ao público consumidor ou adquirente de um determinado tipo de serviço (MATTAR, 2011).

Lembrando que o conceito de varejo engloba não apenas vendas de produtos e serviços em lojas físicas, mas também, por outras formas de negócio como internet, vendas porta a porta, catálogos, telefone, máquinas de venda, além da prestação de todo tipo de serviço que seja com o objetivo de atender um consumidor final (MATTAR, 2011).

Levando em consideração a conceituação de varejo encontrada na Classificação Nacional de Atividade Econômica 2.0, tem-se que o varejo é um instrumento organizado para transferir mercadorias do macro para o micro, ou seja, das grandes quantidades encontradas no atacado para quantidades menores destinadas aos consumidores finais, sendo, portanto, o último elo de uma grande cadeia de distribuição de produtos (IBGE, 2007).

Leva-se em consideração tanto o comércio realizado em lojas tradicionais quanto o comércio realizado via internet, catálogo, televisão, etc. Pode-se então classificar os produtos vendidos de acordo com sua especialização e predominância. O primeiro argumento corresponde a função em que exercerá o produto para os consumidores finais, já o segundo corresponde a predominância que o produto possui em diferentes setores varejistas, onde a maior parcela será levada em consideração.

A classificação do varejo como atividade econômica é ampla, onde no geral ele é dividido em mercadorias com predominância em aspectos alimentícios, bebidas, veículos automotores, combustíveis e lubrificantes, material de construção, peças moles, tecnologia, artigos domésticos, eletroeletrônicos, papelaria, artigos recreativos e esportivos, farmácia, artigos médicos e demais produtos não especificados.

1.2 – A ORIGEM DO VAREJO NO MUNDO

Desde o início de sua história o homem utilizou diferentes formas de suprir necessidades básicas para sua sobrevivência, como a pesca e a caça e mais adiante a agricultura e a criação de animais, porém tudo com o objetivo de consumo próprio. Em um determinado momento da história houve a produção de excedentes e a comunicação entre diferentes grupos, ocasionando assim o que pode-se chamar “intercâmbio de excedentes”, onde um grupo trocava seus excedentes de produção pelos excedentes de produção de outro. Temos aí, o início do comércio entre indivíduos, que dependia da dupla coincidência de desejos ou necessidades para que ocorresse, sendo esta uma característica que limitava e dificultava esse escambo de produtos.

O estopim para uma revolução no comércio foi o surgimento da moeda facilitando as transações entre indivíduos, pois assim tinha-se um bem intermediário que era de interesse mútuo entre ambos os grupos, não havendo mais a necessidade de existir dupla coincidência de interesses e vontades (MATTAR, 2011).

“Em 1700, o abastecimento nas pequenas cidades era realizado por lojas gerais, onde podia ser encontrado qualquer tipo de produto, desde alimentos e roupas até implementos agrícolas. Por volta da metade do século XIX, o comércio em todo o mundo desenvolvido se caracterizava como um conjunto de atividades concentradas sob o comando de um comerciante e seus poucos funcionários, não raro, exercendo as funções de importador, transportador e varejista de uma grande variedade de produtos comercializados em pequenas escalas” (MATTAR, 2011, pg 02).

Segundo o trecho do autor citado acima, pode-se inferir que o comércio varejista era inicialmente uma atividade comercial concentrada onde um único indivíduo na posição de empresário atuava em todas as fases do produto até o momento em que ele chegasse as mãos do consumidor final. Porém, por volta de 1850 e 1860 tem-se o início da especialização e adoção de novas formas de comércio que começam a alcançar os grandes centros urbanos dos Estados Unidos como Filadélfia e Nova Iorque. Há uma nova dimensão comercial no mundo, onde agora faz-se presente os grandes atacadistas com papéis diversos aos dos varejistas, mas que também passaram a atuar nas vendas e relações comerciais com os consumidores finais, inicialmente utilizando produtos agrícolas e em seguida produtos manufaturados. Pode-se dizer que a revolução industrial entre 1850 e 1870 fez com que surgissem núcleos de grandes varejistas especializados em determinados produtos acabando com as grandes lojas que vendiam todo e qualquer tipo de item.

Com a Revolução Industrial, houve o desenvolvimento de ferrovias, correios, estradas e objetos de comunicação e disseminação de informação tanto na Europa quanto nos Estados Unidos, o que amplificou o grande poder varejista e de exposição dos produtos para os consumidores finais. Há nesse momento o início das grandes lojas de departamento, onde os indivíduos percorrem as lojas sem a ajuda de funcionários, escolhendo seus produtos e interagindo com os próprios apenas no caixa para pagar por suas compras. Vale exaltar que a Grande Depressão de 1929 foi fomentadora dessa forma de serviço à medida que os varejistas se viam obrigados a reduzir seus custos e ampliar sua produtividade para conseguir escapar da onda de falências provenientes da abrupta queda na demanda, principalmente por bens de luxo.

Seguindo uma linha histórica, tem-se de 1930 até 1960 o surgimento de novos conceitos varejistas como o dos chamados *shoppings centers* e lojas de conveniência, que revolucionaram o setor de compras da época, pois os consumidores se deslocavam para um local afim de realizar determinada compra X e acabavam consumindo determinado produto Y por consequência da proximidade entre as diferentes lojas (MATTAR, 2011).

Observa-se que o varejo até então concentrado em grandes lojas sem especialização, desenvolve-se para grandes empreendimentos com diferentes lojas especializadas em diferentes produtos, cujo objetivo é ganhar um determinado tipo de mercado e não mais um conjunto de consumidores como um todo.

Nos Estados Unidos e na Europa houve um grande crescimento de shopping centers logo após o início da Segunda Guerra Mundial, na década de 1950, o que acabou promovendo uma grande gama de construções residenciais nos subúrbios, intensificando a construção de centros comerciais afim de atender essa massa residencial que se espalhava pelos subúrbios (HIRSCHFELDT, 1986, *apud*, MATTAR, 2011).

Assim, ao longo dos anos 1970 houve uma intensificação e disseminação da ideia de centros comerciais que eram divididos em lojas âncora e pequenas lojas-satélites, além de receber empreendimentos destinados ao lazer como teatros, cinemas e demais serviços de entretenimento. O varejo nesse ponto se tornou um conjunto de empreendimentos agrupados em bens e serviços a serem consumidos em um espaço social.

“O grande crescimento do varejo e a contínua concentração resultante de fusões e incorporações resultam no final da primeira década do século XXI, em grandes varejistas mundiais” (MATTAR, 2011, p. 06).

Dessa forma, o varejo se desenvolveu ao longo das décadas, disseminando e ampliando a forma de atuação das grandes redes no que diz respeito ao comportamento de consumo dos indivíduos, se transformando não só em empreendimentos como em marcas que dominam o mercado mundial.

1.3 – VAREJO: O CASO BRASILEIRO

A primeira notícia que se tem sobre o comércio no Brasil foi o escambo, que basicamente era uma troca de pequenos objetos sem valor por mão de obra indígena para a exploração e derrubada de pau-brasil no período pré-colonial (1500–1530). O comércio brasileiro terá início de uma forma intensificada com a formação das vilas litorâneas orientadas para o comércio exportador de açúcar e escravos, ou seja, tem-se uma ideia comercial inicial de comércio voltado para atender o exterior.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII tem-se um processo de interiorização por parte dos chamados tropeiros que acabou promovendo o desenvolvimento de vilas e locais de abastecimento, promovendo o início de um pequeno comércio de comida, bebidas alcoólicas e objetos sem muito valor econômico. Tal processo de entrada ao interior do país difundiu a ideia de estocagem para comércio ao longo das trilhas utilizadas pelos viajantes onde inicia-se um

processo comercial interno, porém, vale exaltar que o comércio externo continuava como a forma mais clara de relação comercial em território brasileiro.

O marco histórico que promoveu o estopim para desenvolvimento econômico de um comércio propriamente dito no Brasil foi a vinda da família real em 1808, na fuga da Europa por conta das ameaças de Napoleão Bonaparte. Tal fato promoveu uma drástica mudança no comércio local, pois houve a abertura dos portos brasileiros às nações aliadas, o que fez com quem houvesse a entrada de uma gama enorme de produtos e comerciantes estrangeiros no país, modificando profundamente o perfil do comércio local. Nesse sentido, Varotto (2006, p. 87) expõe que:

“A facilidade em obter produtos europeus modificou os hábitos da população. Os mais abastados passaram a vestir-se à moda europeia e a comprar artigos como cristais, perfumes, talheres, louças, sabonetes, escovas, pentes, velas e barbantes, entre outros produtos raros até então no mercado local” (VAROTTO, 2006, p. 87).

O trecho acima indica que historicamente o Brasil teve sua formação comercial baseada em produtos oriundos da Europa, daí tem-se o início de uma globalização comercial e de comportamento, que atualmente é completamente difundida tanto por produtos orientais, quanto europeus e norte-americanos. Assim, o comércio brasileiro inicia-se apoiado sob bases europeias e expande-se sob pilares principalmente norte-americanos.

O comércio varejista brasileiro teve seu crescimento intensificado com o fim da escravatura em que promoveu a eclosão de um mercado consumidor interno, além claro, dos grandes fazendeiros de café que consumiam artigos de luxo importados principalmente da França, como pianos e tecidos. Já no início do século XX, a cidade do Rio de Janeiro era um grande centro produtor e exportador de café com um pequeno comércio se desenvolvendo ao longo dos anos e com a presença de alguns imigrantes que investiam seu capital em produzir bens que eram oriundos do exterior, estes imigrantes por sua vez se tornaram grandes industriais como Klabin e Matarazzo (MATTAR, 2011).

Ao longo da primeira metade do século XX houve um grande avanço na urbanização de cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, resultando dessa forma em um grande aumento de suas massas populacionais, que por sua vez, sofriam de uma grande carência de alimentos que eram importados. Dessa forma, inicia-se no Brasil um processo de barateamento das vendas desses alimentos, que acabou conhecido na época como “venda de feira”, ou seja, surgem neste

momento as primeiras feiras livres do país, que acabam por prover aos consumidores produtos alimentícios mais baratos. Vale exaltar que neste período já se observava no Brasil o início de uma grande rede varejista chamada de Casas Pernambucanas que ao final da década de 1920 já contava com quase 200 lojas.

A partir da década de 1930, devido ao avanço urbano industrial que já era observado no país, surge uma grande admiração pelo “American Way Of Life” que foi plenamente intensificado no período antecedente ao da Segunda Grande Guerra, o que mostra o processo de transição de um mercado consumidor de produtos europeus para um mercado voltado aos produtos e hábitos norte-americanos.

Dos anos 1940 até 1970 houve um grande processo de intensificação das vendas com a criação dos chamados armazéns e das cadernetas de crédito, nesse período o consumo se tornou uma ação rotineira e não necessariamente por questões de necessidade. O setor de supermercados brasileiro, assim como o norte-americano utilizou-se do “self-service” que promoveu uma grande redução de custos por conta da Grande Depressão em 1929.

De 1970 até 1980 houve o período conhecido como “Milagre Econômico” brasileiro, onde surgiram os primeiros hipermercados brasileiros, onde eram vendidas frutas, carnes, alimentos, produtos de limpeza e não perecíveis, ou seja, tem-se agora um mesmo local onde pode-se encontrar diferentes tipos de produtos com diferentes finalidades. É nesse período que grandes varejistas internacionais se instalam no mercado brasileiro, principalmente no ramo de hipermercados como o Carrefour em 1975 em São Paulo, que pertence a um dos maiores cadeias de supermercados da França (VAROTTO, 2006).

O período composto entre 1980 e 1990 é marcado pela expansão de grandes marcas varejistas internacionais no país, o MacDonal’d’s e o Pizza Hut, além disso, tem-se a expansão de várias lojas sob a condição de franquias, o que promoveu uma grande expansão de empregos e volume de vendas em determinadas localidades da época. A partir de 1990 o grande objetivo varejista era adquirir vantagens competitivas, o que acabava por promover sua sobrevivência no mercado e sucesso nas vendas (MATTAR, 2011).

Dois fatores foram decisivos para o crescimento do comércio varejista brasileiro nesse momento, o Código de Defesa do Consumidor e o Plano Real, o primeiro serviu como meio de proteção ao consumo tanto por parte do varejista quanto do consumidor, estando assim, ambos os direitos e deveres assegurados, já o segundo, proporcionou uma maior estabilização

econômica ao país, havendo assim o controle da inflação, o que por sua vez, proporcionou aos grandes varejistas a obter lucro com a operação e não mais através de operações financeiras.

Assim, em 1990 o varejo foca sua atenção para o cliente, expandindo as pesquisas de marketing e consolidação de um perfil para cada setor varejista, a preocupação passa a ser o que o cliente pensa, quer ou faz. Nessa etapa da história varejista brasileira, as redes de hipermercados são um exemplo de entrada no país por meio de fusões e aquisições, o que acabou forçando as marcas internas a se reestruturar e implementar novos métodos gerenciais, logísticos e de modernização das cadeias produtivas.

Ao longo da história brasileira, observa-se que o comércio varejista sofreu drásticas alterações de cunho comercial, produtivo e tecnológico, absorvendo ganhos de produção com a entrada das máquinas e simples alterações nos métodos de produção, ou seja, pode-se colocar o varejo como um ramo de atividade econômica em constante mudança.

1.4 – O CONSUMO

Partindo da hipótese da racionalidade dos indivíduos atuantes na economia sob a condição de consumidores, como mostra a teoria neoclássica da demanda, compradores e vendedores ponderam o benefício e os custos de suas decisões, com a intenção e o objetivo de adquirir a maior vantagem possível, ou seja, suas escolhas serão aquelas que lhes proporcionarem o maior nível de satisfação dentro da restrição orçamentária (VASCONCELLOS, 2003).

Os fatos que influenciarão os desejos dos indivíduos durante o ato de consumir serão suas limitações orçamentárias no que diz respeito a renda e os custos de adquirir o bem, ou seja, o seu preço, além claro de atuar nesse contexto suas preferências individuais. Pode-se colocar que a renda é o fator que mais influencia de forma isolada na determinação do consumo, assim as despesas programadas serão determinadas pelos diferentes níveis de renda dos indivíduos. Porém ele também deixa clara a existência de outros determinantes que atuam na decisão de consumir como preço, taxas de juros, crédito, conjuntura e expectativas.

Segundo Mankiw (2001), os indivíduos tendem a consumir menos do que realmente desejam, pois seu consumo é limitado por sua renda, assim, é colocado que caso a renda dos indivíduos aumente e o preço dos bens se mantenha constante, haverá automaticamente um aumento do consumo, pois o consumidor amplia seu horizonte de possibilidades. Mankiw, não

tenta explicar as preferências dos indivíduos, pois o próprio às relaciona com elementos psicológicos que variam de um indivíduo para outro.

Levando em consideração o nível de preços, é válido afirmar que havendo uma queda no próprio a demanda por bens e serviços aumentará. Ele estabelece três motivos para que isso ocorra, o primeiro é o simples fato dos indivíduos terem a impressão de estarem mais ricos e por consequência demandarem mais bens de consumo, o segundo motivo é que a taxa de juros reduz-se fazendo com que haja um estímulo a demandar bens de investimento, já o terceiro, diz respeito ao câmbio, que ao se depreciar estimulará a demanda por exportações líquidas.

Em Keynes (1985), tem-se uma tendência ao aumento do consumo havendo níveis mais elevados de renda, porém vale exaltar que não necessariamente este aumento verifica-se na mesma proporção, como pode-se observar em:

“O montante que a comunidade gasta em consumo depende, evidentemente: (i) em parte, do montante de sua renda; (ii) em parte, de outras circunstâncias objetivas que o acompanham; e (iii) em parte, das necessidades subjetivas, propensões psicológicas e hábitos dos indivíduos que a compõem, bem como dos princípios que governam a distribuição da renda entre eles...” (KEYNES, 1985, pg 84).

Não há proporcionalidade entre as variáveis consumo e renda na teoria keynesiana, assim, não se pode afirmar que o consumo corresponda a uma fração constante da renda disponível (FROYEN, 2003).

1.5 – A IMPORTÂNCIA DO CRÉDITO PARA O CONSUMO

O crédito é uma importante ferramenta no que diz respeito ao desenvolvimento econômico de um país, ele promove a expansão do mercado consumidor e a circulação de moeda por diversos setores acarretando por consequência no desenvolvimento dos próprios.

É uma variável pode assumir diferentes funções, tudo irá depender da forma e o objetivo com o qual ele foi adquirido, sobre as mãos de um empresário ele se torna capital que será investido, gerando produto, emprego e renda, já sobre as mãos de indivíduos que querem consumir, ele se a ferramenta chave para a expansão de um mercado consumidor (SCHUMPETER, 1982).

Assim, o crédito não pode ser analisado apenas na forma de criação de poder de compra antecipado, mas também na forma de investimento para adquirir ganhos futuros, não só por parte do empresário inovador que toma o empréstimo, mas também por parte do emprestador.

A rentabilidade e desempenho das empresas que compõem o mercado estão diretamente ligados à política de crédito que está sendo utilizada pelo empresário, adotando uma política mais frouxa sua liquidez diminui e sua rentabilidade aumenta, ocorrendo também o fato contrário, no caso de uma política de crédito rígida, sua liquidez tende a ser maior, porém sua rentabilidade já não é tão alta. Atualmente é muito comum empresas varejistas se unirem a financeiras que disponibilizam crédito para que os indivíduos consumam, tornando a situação vantajosa para ambos os lados (LOBATO, SILVA e RIBEIRO, 2009). Segundo os autores citados, pode-se afirmar que:

“A concessão de crédito representa um dos principais fatores responsáveis pelo crescimento do consumo e do padrão de vida dos cidadãos, pois ela está associada ao aumento do poder de compra do indivíduo e conseqüentemente aumento das vendas nas empresas” (LOBATO, SILVA e RIBEIRO, 2009, p. 12).

Crédito e consumo são variáveis que estão diretamente atreladas, além de terem sido fundamentais na política econômica praticada durante o período analisado neste trabalho, com uma expansão creditícia na economia, seja por instituições públicas ou privadas, a tendência é de que o consumo seja ampliado com indivíduos tendo condições de adquirir produtos e estender o prazo de pagamento dos próprios em troca de juros.

1.6 – AS CONTAS NACIONAIS

O Sistema de Contas Nacionais (SNC) é responsável pela mensuração das atividades econômicas de um país sob uma base de princípios econômicos, sendo um dos indicadores econômicos mais importantes para se analisar uma economia tanto de forma micro quanto de forma macro (IBGE, 2010).

Para Araújo (2001), relacionar o sistema de contas nacionais e o uso da contabilidade social às ideias de Keynes em *How To Pay For The War* é a forma mais contundente de expressar uma estrutura contábil capaz de expor e analisar variáveis econômicas a fim de elucidar indicadores macroeconômicos. A forma como Keynes entendia o desenvolvimento e o funcionamento da economia é a chave para expressar a evolução do Sistema de Contas Nacionais. Pode-se complementar essa ideia com Mathias (2011, p. 03):

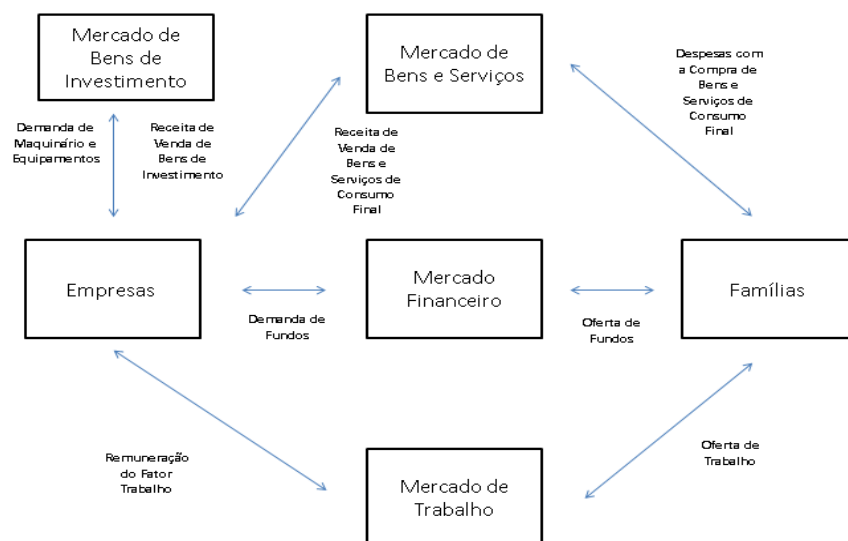
“Não é à toa que o surgimento do Sistema de Contas Nacionais seja comumente associado aos trabalhos de John Maynard Keynes, sobretudo a Teoria Geral (1936) e How to Pay for the War (1940). No primeiro, Keynes apresenta sua visão a respeito do funcionamento do sistema capitalista ao desenvolver a teoria da demanda efetiva. Em How to Pay for the War evidencia-se a preocupação de Keynes com os

efeitos do financiamento do déficit público sobre a inflação em função do envolvimento da Inglaterra na Segunda Guerra Mundial” (MATHIAS, 2011, p03).

O sistema de contas nacionais teve início por volta de 1940, onde a participação de Keynes e dos economistas da escola de Cambridge foi decisiva. Era necessário elaborar um sistema capaz de mensurar a renda da nação, analisar indicadores econômicos, além de comparar e analisar variáveis macroeconômicas com variáveis relacionadas às finanças públicas (NUNES, 1998).

Segundo Feijó e Ramos (2013), Keynes foi pioneiro no desenvolvimento do SCN, sendo um dos primeiros economistas a levar análises micro para a macro, podendo avaliar e analisar variáveis econômicas no curto prazo, como renda e nível agregado de produto. A escola neoclássica que é defensora de uma menor participação do Estado no sistema econômico perdeu força por volta de 1930, após a disseminação da linha de pensamento keynesiana no mundo. Keynes utilizou um quadro contábil capaz de analisar e avaliar a relação entre as variáveis macroeconômicas, além de demonstrar a movimentação financeira entre as contas que o compunha. Keynes defendia uma visão baseada nos agentes institucionais que compunham o sistema econômico. Para melhor exemplificar a afirmativa anterior, tem-se o Fluxo Circular da Renda Ampliado na figura 1, que mostra a forma com a qual ocorre a circulação de fluxos monetários entre os agentes, onde vale exaltar que toda oferta, sem exceção terá um destino, seja ele investimento, consumo ou poupança.

Figura 1. Fluxo Circular da Renda Ampliado



Fonte: Fonte: FEIJÓ & RAMOS, 2013.

A figura 1 será importante para explicar a relação entre os agentes institucionais e o comércio varejista, onde as famílias e empresas participam do mercado de bens e serviços diariamente. Se por um lado fluxo de renda ampliado para uma economia fechada e sem governo pode ser explicado levando em consideração a ideia de que a demanda pelo produto é composta por demandas de bens e serviços finais e bens e serviços de investimento e que a parte da renda não destinada ao consumo seja disponibilizada para financiamento das empresas, correspondendo a poupança que ao ser medida *ex post* é igual ao investimento se medido também *ex post*, no mundo real funciona de maneira completamente diferente, onde a decisão de promover investimento por parte das empresas não é uma ação limitada pela disponibilidade de poupança por parte das famílias, onde as próprias podem acumular recursos, contrair dívidas e adquirir outras fontes de financiamento.

As famílias vendem sua mão de obra como fator de produção para o mercado de trabalho em troca um salário, que seria no caso de tudo mais constante, sua renda, sendo que o indivíduo pode obter por consumir toda ou apenas parte de sua renda, realizando poupança e dessa forma interagindo com o mercado de bens e serviços.

Richard Stone foi o coordenador da primeira versão do Sistema de Contas Nacionais, que ficou conhecido como SNA 53 revisão 2 em 1953, onde as contas presentes neste manual eram referentes à produção, à conta de capital, à apropriação da renda, às operações com o resto do mundo e à conta das administrações públicas, dando a sociedade informações consolidadas sobre a economia da nação (FEIJÓ e RAMOS, 2008).

Em 1968 foi publicada pelas Nações Unidas a terceira revisão do documento, conhecido como SNA 68 e tinha como principal objetivo evidenciar o processo produtivo e de analisar de forma coesa os fluxos existentes entre os agentes econômicos. Nesta versão, tem-se a introdução da conta de produção no qual o objetivo é ter uma visão desagregada de usos e recursos, mostrando também como se dividem os fluxos financeiros entre os agentes econômicos.

O Sistema de Contas Nacionais de 1968 também foi influenciado por Wassily Leontief como mostra a ideia de Nunes e Contini (2001, p01, *apud* MATHIAS, 2011), onde houve a introdução de tabelas de insumo produto, que permitiriam analisar de forma coesa a geração de renda primária, por setor econômico.

É válido exaltar que a principal inovação presente no SNA 1968 foi a possibilidade de analisar a capacidade de financiamento da nação através da tabela de operações financeiras, possibilitando uma visão detalhada de cada ramo econômico existente no país (ARAÚJO 2001).

Posteriormente houve a necessidade de aprimorar o sistema existente afim de que os países pudessem ter uma visão aprimorada de estratégias e planejamento econômico. Assim, em 1982 as Nações Unidas instituíram o Intersecretariat Working Group on National Accounts – ISWGNA, que era constituído de representantes de cinco organizações internacionais e especialistas de vários países, que trabalharam na elaboração de um novo manual de contas, o que acabou conhecido posteriormente como SNA 93. Esse manual, foi uma atualização do anterior no que diz respeito a possibilidade de acompanhar e analisar a economia no que tange a eclosão de inovações tecnológicas na área das informações, mercados financeiros e formas de governo, sobretudo para fazer análises em países em transição para uma economia de mercado. É necessário exaltar uma maior integração entre as Contas Econômicas Integradas (CEI), e o que foi chamado de Tabelas de Recursos e Usos (TRU), que são pontos fundamentais da análise do Sistema de Contas Nacionais (ARAÚJO, 2001).

1.7 – O SISTEMA DE CONTAS NACIONAIS BRASILEIRO

Segundo Feijó e Ramos (2013) o Sistema de Contas Nacionais do Brasil apresenta as Contas Econômicas Integradas, onde são apresentadas todas as contas correntes e a conta de capital e as Tabelas de Usos e Recursos, onde a lógica contábil do Sistema de Contas Nacionais é embasada na ideia de reproduzir o circuito econômico, utilizando equações macroeconômicas.

No Brasil, o Sistema de Contas Nacionais foi construído de forma a cobrir todas as etapas do circuito econômico, fornecendo análises e indicadores do desempenho dos agregados econômicos, embora não apresente um conjunto completo de contas como foi proposto no SNA 93.

As CEIs são constituídas de contas de fluxos que estão inter-relacionadas com as contas de patrimônio. Essas contas de fluxo têm como objetivo principal descrever a forma com a qual ocorrem diferentes tipos de atividades econômicas em um determinado período de tempo, sendo a ligação entre as contas realizada pelo saldo de uma conta, que é transportado para a seguinte, como pode-se observar na tabela 1 (FEIJÓ e RAMOS, 2013).

Nas CEIs utiliza-se a terminologia usos e recursos e não a tradicional forma contábil débito e crédito. Onde o termo recursos é utilizado para explicitar o lado das contas correntes onde ocorrem operações de aumento de valor econômico em um determinado setor, de forma contrária, o termo usos é utilizado para explicitar o lado das contas correntes que reduzem o valor econômico. Os saldos por sua vez, são alcançados pela subtração entre recursos e usos. Cada linha é correspondente a uma operação, nas quais são demonstrados pagamentos e recebimentos tanto por parte dos agentes quanto por parte do restante do mundo, sendo divididas em três subconjuntos: Conta de Acumulação, Conta de Patrimônio e Conta Corrente. Já nas colunas, encontram-se os setores institucionais, exaltando o fato de que a coluna de Bens e Serviços é um caso a parte e especial, pois ela não faz mensuração por setor, mas sim, apresenta um resultado total de operações de bens e serviços em uma economia. Por fim, as operações entre residentes e não residentes é exposta na coluna “Resto do Mundo”.

Tabela 1: Contas Econômicas Integradas – representação esquemática.

	Bens e Serviços (Recursos)	Resto do Mundo (Recurso)	Total da Economia	Setores Institucionais	Operações, Saldos, Ativos e Passivos	Setores Institucionais	Total da Economia	Resto do Mundo (Usos)	Bens e Serviços (Usos)
Contas Correntes			Usos			Recursos			
Contas de Acumulação			Variação de Ativos			Variação de Passivos e Patrimônio Líquido			
Contas de Patrimônio			Ativos			Passivos e Patrimônio Líquido			

Fonte: FEIJÓ & RAMOS, 2013.

As contas possuem características e funções específicas, sendo que para esta análise serão utilizadas as contas de produção e capital. A conta de produção tem como objetivo deduzir o Valor Adicionado Bruto, ou seja, o Produto Interno Bruto (PIB) que é a soma de todos os bens e serviços finais de uma economia em um dado período de tempo (fluxo), sendo ele considerado um dos principais saldos do SNC. Vale exaltar que nas operações relacionadas à conta de produção é comum haver apresentação dos fluxos por setor de atividade que é descrita

nas Transações de Recursos e Usos e por setor institucional. Já a conta de capital tem como principal objetivo medir a necessidade ou capacidade de financiamento de um país para com o resto do mundo. No caso de seu saldo ser positivo o país está financiado o resto do mundo, por outro lado, caso seu saldo seja negativo significa que o país está sendo financiado pelo exterior (FEIJÓ e RAMOS, 2013).

Dessa forma é válido expor o conceito de família no que diz respeito ao Sistema de Contas Nacionais, é o um grupo de indivíduos que vivem em um mesmo domicílio e compartilham alimentos, despesas e bens, tendo sua principal fonte de renda oriunda de salários e remunerações que podem ser pagas pelo setor privado, público ou por rendimentos próprios. (IBGE, 2010).

As famílias podem optar por poupar parte de sua renda, bem como utilizar toda ela para o consumo. Esta por sua vez é uma variável importante nesta análise bem como para o Sistema de Contas Nacionais e foi descrita no tópico 1.2.1. Sua poupança nada mais é do que a diferença entre a renda disponível bruta e o consumo final, ou seja, pode-se dizer que é a parte da renda que não foi utilizada para consumir. Em geral as famílias são financiadoras dos demais setores institucionais.

Como pode-se observar no trecho a seguir, as variáveis aqui elucidadas são ferramentas importantes para que haja assimilação das ideias analisadas nos capítulos 2 e 3:

“A despesa das famílias com consumo final é igual ao valor gasto por elas com a aquisição de bens e serviços usados para atender as suas necessidades e desejos.” (IBGE, 2010, p. 04).

Ou seja, tal conceito não se aplica no consumo de máquinas e imóveis por exemplo, pois estes se enquadram no conceito de Formação Bruta de Capital Fixo e nem na aquisição de bens que sirvam como reserva de valor.

Os conceitos apresentados servirão como base para os capítulos 2 e 3, onde se tem uma análise do período 2003–2010 da política e conjuntura aplicada no Brasil ao longo dos dois governos Lula, bem como o comportamento dos indicadores econômicos e sociais importantes para elucidar os motivos que levaram às famílias brasileiras a elevar seu grau de consumo.

CAPÍTULO 2 – A CONJUNTURA ECONÔMICA QUE POSSIBILITOU O AUMENTO DO CONSUMO DAS FAMÍLIAS AO LONGO DO GOVERNO LULA 2003 - 2010

A ascensão do PT ao poder do Estado brasileiro foi um marco histórico para a população com baixo poder aquisitivo, residente nas camadas sociais mais pobres da sociedade brasileira. Durante o período entre 2003 e 2010 essa parcela populacional obteve ganhos reais em sua renda através das políticas de transferência direta de renda, ganhos reais no salário mínimo e um maior acesso ao crédito o que lhes possibilitou adquirir bens e serviços nos quais não tinham fácil acesso em governos anteriores. (GIAMBIAGI, 2011).

O objetivo deste capítulo é descrever a forma na qual as políticas do governo Lula impactaram no crescimento da demanda agregada e em particular aumentaram o consumo das famílias a bens do varejo, o que por sua vez promoveu ao longo do período uma grande revolução econômica nas cadeias varejistas. Assim, o foco é analisar se as políticas econômicas e sociais utilizadas em tal governo promoveram uma queda na desigualdade social no país e se tal fato promoveu um crescimento do desempenho varejista brasileiro.

2.1 – A CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL DO GOVERNO LULA PRÉ-CRISE (2003 – 2008)

A conjuntura da economia brasileira ao final do governo FHC pode ser resumida com baixos salários, nível de desemprego elevado e um baixíssimo ritmo de crescimento, o que acabou por fazer com que a sociedade brasileira voltasse sua atenção a alternativa esquerdista do PT sob liderança de Lula, com ênfase em ideias sociais e trabalhistas. O ano de 2003 marca a entrada de Luiz Inácio Lula da Silva ao poder, recebendo do governo anterior presidido por Fernando Henrique Cardoso uma herança negativa onde haveria necessidade de elevar os juros para conter a inflação (tinha um crescimento estimado em 2% de 2002 para 2003), uma situação macroeconômica preocupante, com necessidades especiais para as políticas fiscal e monetária, além disso, havia uma grande presença de incerteza pairando sobre a economia brasileira. Lula assume em 2003 e inicialmente seu principal objetivo era acalmar os ânimos, nomeando Meirelles para o cargo de presidente do Banco Central, presença de uma política anti-inflacionária, nomeação de Palocci para o Ministério da Fazenda, elevação da SELIC e cortes nos gastos públicos (GIAMBIAGI, 2011).

As dificuldades iniciais eram grandes, o dólar que no início de 2002 era na casa dos R\$ 2,30 atingiu a casa dos R\$ 4,00, além disso, vale exaltar que o risco-país brasileiro estava em um patamar elevadíssimo, quase próximo a casa dos 2 mil pontos e com uma previsão de inflação na casa dos 10,5%.

Inicialmente, o principal pilar social de Lula foi o programa Fome Zero, que era baseado na transferência de renda a famílias de baixa condição financeira, o que mais tarde ficou conhecido como Programa Bolsa Família, o que é uma continuação dos programas sociais do governo anterior, porém com diferenças em abrangência e impacto social (MARQUES e FERREIRA, 2010).

No período entre 2004 e 2005, seu programa foi aperfeiçoado por ter atingido e abrangido diversas ações no intuito de combater a fome e a pobreza, dando início ao Programa Bolsa Família, que tem como principal objetivo dar acesso às famílias de pobreza extrema à nutrição, educação e saúde. Frisando que em 2005, o valor de tal programa beneficiava quase que 9 milhões de famílias, representando 0,3% do Produto Interno Bruto brasileiro (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Vale exaltar a política de aumento ao salário mínimo do trabalhador ocorrida no primeiro período de governo onde seu principal objetivo era recompor as perdas ocorridas no período de alta inflação e dar poder de barganha aos trabalhadores para com os empresários, com foco direto nos indivíduos que atuavam no setor informal da economia e indireto no que diz respeito a elevação de pagamento de benefícios para a previdência, que acabou por elevar a renda disponível de aposentados e pensionistas do INSS. Na tabela 2 pode-se observar a evolução do salário mínimo ao longo dos anos 2002-2011, porém é válida a explicitação do período entre 2005-2007 com uma valorização real de aproximadamente 24% do salário mínimo.

Tabela 2 – Evolução do Salário Mínimo Real – 2002 até 2011

PERÍODO	SALÁRIO MÍNIMO	REAJUSTE NOMINAL	SALÁRIO REAL	AUMENTO REAL %	IPCA
2002	R\$ 200,00	11,11%	-	-	12,53%
2003	R\$ 240,00	20,00%	R\$ 214,94	7,47%	9,30%
2004	R\$ 260,00	8,33%	R\$ 237,68	-0,97%	7,60%
2005	R\$ 300,00	15,38%	R\$ 280,24	7,78%	5,69%
2006	R\$ 350,00	16,67%	R\$ 332,93	10,98%	3,14%
2007	R\$ 380,00	8,57%	R\$ 369,01	5,43%	4,45%
2008	R\$ 415,00	9,21%	R\$ 398,09	4,76%	5,90%
2009	R\$ 465,00	12,05%	R\$ 440,52	6,15%	4,31%
2010	R\$ 510,00	9,68%	R\$ 489,96	5,37%	5,90%
2011	R\$ 540,00	5,88%	R\$ 509,91	-0,02%	6,50%

Fonte: Elaboração do Autor. Dados: IBGE, 2014

O período relacionado ao primeiro governo do PT pode ser caracterizado como um acelerado momento de expansão creditícia, tanto para empresas no geral, quanto para a própria população. A concessão de crédito para as empresas foi resultante de uma vertente de crescimento e recuperação econômica do país, da queda da taxa real de juros e da chamada Lei de Falências do ano de 2004, que tornou mais fácil e rápida a concessão de crédito para empresas com dificuldades financeiras, afim de que elas pudessem se reestabelecer no mercado (GIAMBIAGI, 2011).

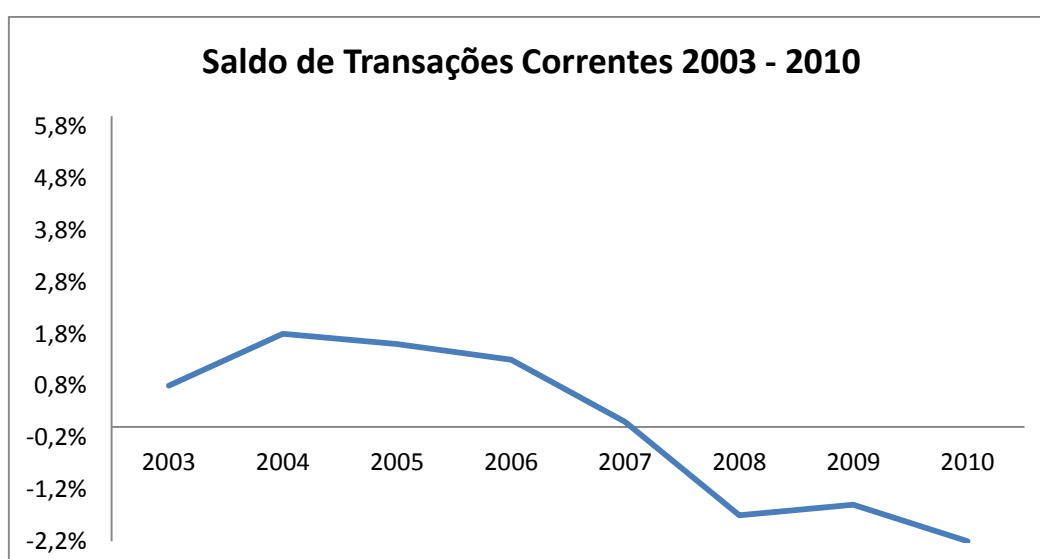
Já no que diz respeito à concessão de crédito para pessoas físicas, houve a eclosão do chamado crédito consignado, que é resultado de um acordo entre a CUT e as instituições financeiras que operam no mercado brasileiro, trata-se muitas vezes de empréstimos sem consulta ao SPC e ao SERASA e é oferecido atualmente por praticamente todos os bancos comerciais e financeiras varejistas atuantes no mercado brasileiro, onde a partir de 2004, tanto a área privada, quando a pública (servidores e aposentados pelo INSS), poderiam adquirir crédito. Porém, vale enfatizar que as taxas cobradas por este crédito eram altas, o que não foi propriamente um problema, por conta do aumento real no salário mínimo do trabalhador, bem como a demanda por bens que se encontrava reprimida até então.

Filgueiras e Gonçalves (2007) opinam de forma crítica aos fatos sociais realizados durante a primeira metade do governo Lula, colocando os próprios como uma forma de apenas manejar a pobreza, pois se cria na própria classe pobre da sociedade, pobres favorecidos e pobres não favorecidos. É colocado que caso o programa fosse suspenso, grande parte dos indivíduos que estavam sendo contemplados com o benefício regressassem a linha de miséria anterior.

No entanto para Singer (2009) o que se torna inegável e está marcado na história brasileira é o fato de que o Bolsa Família, elevação da disponibilidade creditícia no país e a elevação do salário mínimo, não só reduziram a miséria e possibilitaram novos horizontes de consumo para a população, como exemplo, uma família de classe baixa que a partir daí pode consumir carne e uma família antes de classe média baixa que pode ir ao mercado comprar um computador, mas também criaram uma imagem em que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se torna representante do proletariado, o que acaba culminando em 2006 com sua reeleição.

O período de 2004/2005 fica caracterizado por um momento de crescimento do saldo da conta corrente (Gráfico 1) e do saldo comercial brasileiro, por consequência do grande salto das exportações existentes de 2002 para 2005, que praticamente dobraram de U\$ 60 bilhões para U\$ 120 bilhões. As exportações por sua vez, foram acompanhadas de um crescimento expressivo também nas importações que de U\$ 47 bilhões em 2002, foi para quase U\$ 75 bilhões em 2005. Essa conjuntura pode ser explicada pelo excelente momento da economia externa no período, que fez com que as exportações brasileiras fossem elevadas mesmo com a apreciação cambial acima de sua média histórica, que só foi se tornar um problema no final de 2005, com a elevação dos juros e com a desaceleração do crescimento externo (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Gráfico 1 – Desempenho do Saldo em Transações Corrente entre 2003 e 2010 em % do PIB



Fonte: BCB

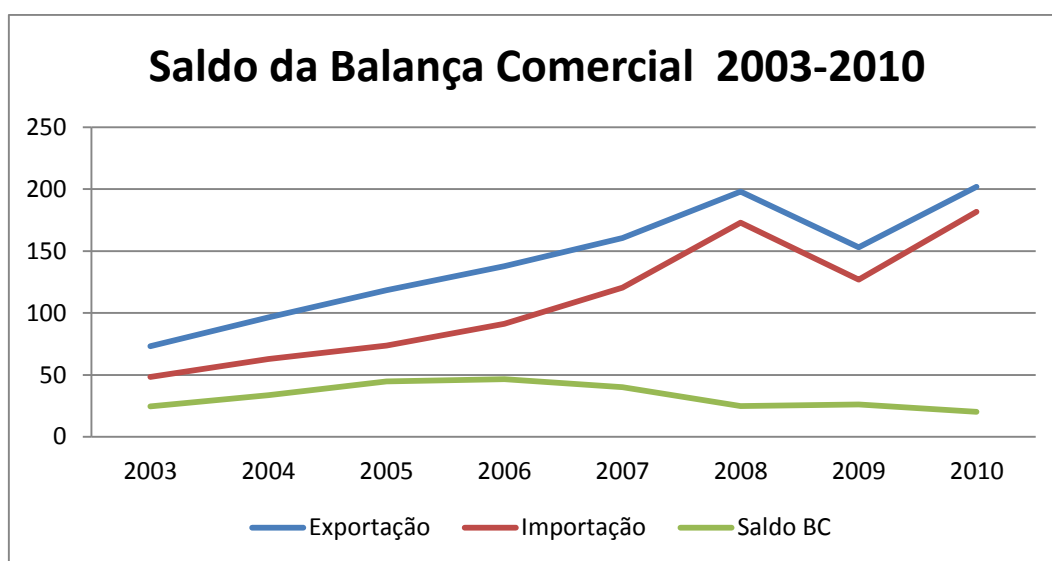
Ainda em 2005, houve a redução da taxa básica de juros, fazendo com que o crédito que já era farto na sociedade fosse ampliado ainda mais, principalmente pela quantidade de bancos

e instituições financeiras existentes até então no mercado brasileiro, fazendo com que a população intensificasse o seu consumo no período, como mostrará o capítulo 3 (COSTA, 2008).

Em 2006, o Brasil passou um momento de intenso crescimento orientado pela demanda, pelas políticas de distribuição de renda e o crescimento do mercado interno, com amplo desenvolvimento do varejo na medida em que a população teve seu horizonte de consumo ampliado, porém isso será tratado ao longo do capítulo 3. Houve a incorporação de grande parte da população que antes era excluída do consumo de massas, porém vale salientar que o consumo cresceu sem que fosse acompanhado por um crescimento da capacidade produtiva industrial, muito por conta do vazamento de renda pra o exterior com as importações, o que por consequência acabou reduzindo o impacto das políticas que vigoravam até então (PINTO e TEIXEIRA, 2012).

Assim, o período entre 2003 e 2006 é caracterizado como um período cujo crescimento econômico é baseado em políticas sociais de transferências de renda para as famílias brasileiras a fim de reduzir a pobreza e fomentar o mercado consumidor brasileiro. Demonstrou uma posição mais ativa no que diz respeito a participação do Estado na economia, principalmente no combate a pobreza e à desigualdade, que foram fatores decisivos no desempenho varejista brasileiro a ser tratado no próximo capítulo.

Tem-se a partir de 2007, durante o segundo mandato de Lula, uma forte deterioração das contas externas, o que foi caracterizado por Reinaldo Gonçalves (2012) como fim da fase ascendente do ciclo econômico internacional, onde o Brasil chegou a ter um déficit no saldo da conta de rendas de quase US\$ 30 bilhões. Vale exaltar que a balança comercial brasileira que desde 2005 ficava acima dos US\$ 40 Bilhões, em 2008 cai para aproximadamente US\$ 25 bilhões, como se pode observar no Gráfico 2 (BARBOSA e SOUZA, 2010).

Gráfico 2 – Balança Comercial Brasileira 2003–2010 em US\$ Bilhões

Fonte: BCB, 2008

Em 2007 houve o início do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), que consistia na abrangência de medidas de caráter econômico a fim de alcançar uma maior estabilidade econômica e promover o desenvolvimento de setores da economia brasileira, com o objetivo de assim acarretar no desenvolvimento em cadeia para demais áreas. Ou seja, havendo investimento em infraestrutura o governo procurava reduzir ou eliminar os gargalos da economia que impedem o crescimento econômico brasileiro, visando aumentar a produtividade pública e privada e assim reduzir desigualdades sociais (BNDES, 2008).

Esse programa iniciado no fim do primeiro mandato, ganhou força no segundo governo Lula e tinha como principal promessa o estímulo econômico e social para todas as regiões brasileiras. Dessa forma, pode-se colocar o PAC em 2007 como um ato de difusão do crescimento econômico oriundo do Estado, sendo também considerado por muitos sociólogos e economistas como uma grande vertente indutora de votos de seu governo, ou seja, uma grande ferramenta eleitoral.

Mesmo tendo um desenvolvimento econômico acelerado ao longo do período 2005 – 2007, a economia brasileira foi acompanhada de uma queda no superávit em conta corrente do Balanço de Pagamentos, onde mesmo diante de uma grande elevação das exportações

brasileiras, de um cenário externo aquecido e de uma conjuntura de apreciação do câmbio houve uma redução do saldo comercial no período entre 2005 e 2008.

2.2 – A CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL DO GOVERNO LULA DURANTE A CRISE (2008–2010)

A segunda metade do ano de 2008 foi marcada por uma profunda crise no mercado financeiro mundial, havendo uma grave crise de liquidez e uma enorme onda de incerteza e desconfiança para com o sistema bancário mundial. Se até então a economia brasileira não havia sofrido tanto com os efeitos de tal crise, a quebra do banco de investimento norte-americano Lehman Brothers promoveu de uma vez por todas a entrada da economia brasileira no contexto de crise (BARBOSA e SOUZA, 2010).

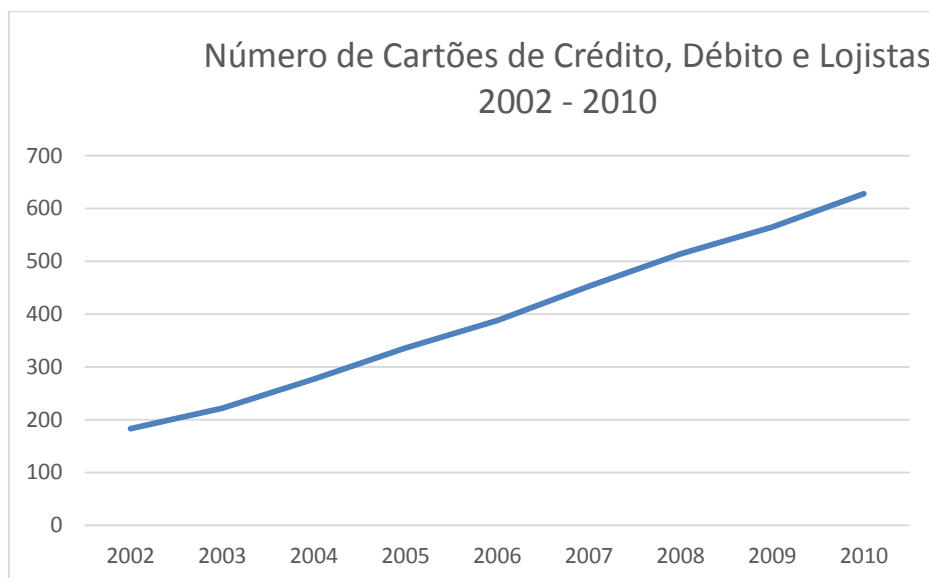
A partir desse período os Estados Unidos iniciaram um processo de ajustes em suas contas, o que acabava recaindo sobre a economia brasileira, tendo em vista que os próprios eram grandes aliados econômicos. Durante a última fase do período de ascensão econômica do mercado internacional, os Estados Unidos importavam mais do que exportavam para o Brasil, ou seja, com o estopim da crise a balança comercial bilateral que anteriormente era deficitária para os Estados Unidos, passou a ser superavitária.

Os primeiros impactos da crise na economia brasileira foram a rápida contração de crédito doméstico e a redução do preço internacional das commodities, o que acabou prejudicando as exportações brasileiras no período, como se pode observar no gráfico 2 apresentado na seção anterior.

A crise tornou a oferta de crédito no país muito mais seletiva e cara, onde as empresas que vinham tomando empréstimo no mercado internacional, foram procurar crédito em bancos nacionais pagando juros maiores, houve uma contração do consumo no período, bem como um processo de demissões em massa, principalmente no setor de automóveis (SINGER, 2009).

Vale exaltar as diferentes formas de crédito que passaram a ser ofertadas por instituições públicas e privadas e sua relação direta com a expansão do mercado consumidor varejista, além de empréstimos pessoais, crédito direto ao consumidor, financiamentos, houve a expansão da modalidade de cartões de crédito atrelados ao lojista, bem como também houve a expansão de cartões de crédito oriundos de instituições financeiras como mostra o gráfico 3.

Gráfico 3 – Evolução da Quantidade de Cartões de Crédito, Débito e Lojistas no Brasil 2002–2010 (Em milhões).



Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** FEBRABAN, 2014

A incerteza inundou o mercado brasileiro, fazendo com que o Brasil passasse por um período de recessão com desaceleração do consumo e do investimento. Houve grande saída de capital do país que juntamente com um quadro exportador ruim, promoveu a elevação do câmbio. Pode-se observar na tabela 3 a Conta Financeira não consolidada no período 2005 – 2009 onde é mostrado que o país passa durante o período próximo da crise de um país financiador para um país com necessidade de capital externo.

Tabela 3 – Conta Financeira brasileira – 2005 – 2009:

Aquisição Líquida de Passivos	2005	2006	2007	2008	2009
OURO E DES	-	-	-	-	-
Numerário e Depósitos	234.844	232.610	443.867	30.384	480.193
Título, exceto ações	278.282	238.783	263.711	497.881	319.595
Empréstimos	125.539	295.312	361.188	576.146	555.775
Ações e Outras Participações	407.706	316.559	307.499	341.062	340.053
Reservas Técnicas de Seguros	38.516	46.722	53.073	54.791	59.136
Outros Débitos e Créditos	99.940	17.053	214.936	199.775	74.664
Total das Aquisições líquidas de Passivos	1.118.826	1.147.040	1.644.274	1.700.040	1.829.417
Capacidade(+)/Necessidade(-) líquida de financiamento	26.159	21.449	-5.045	-56.129	-60.332

Fonte: IBGE, 2014

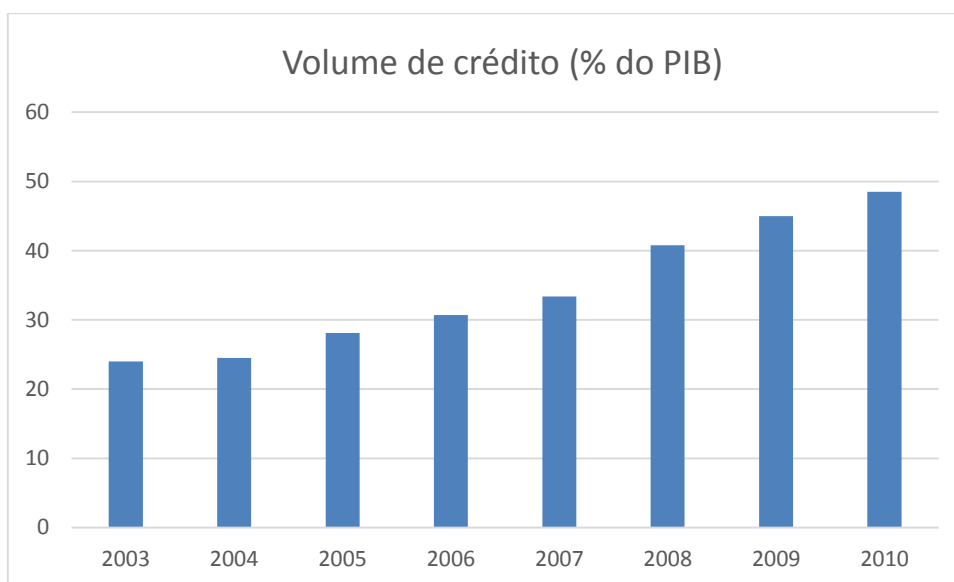
A crise tornou a oferta de crédito no país muito mais seletiva e cara, onde as empresas que vinham tomando empréstimos no mercado internacional, foram procurar crédito em bancos nacionais pagando menos juros, dessa forma pode-se dizer que houve uma contração do consumo no período, bem como um processo de demissões em massa, principalmente no setor de automóveis. Porém pode-se observar na tabela 3 que houve um grande aumento na tomada de empréstimos entre os períodos 2005 e 2009 observando o resultado acumulado, porém se comparados apenas os anos 2008 e 2009 houve uma queda de aproximadamente 4% que refletiria o impacto da crise econômica na tomada de crédito (SINGER, 2009).

A resposta do governo Lula à crise foi rápida, o PAC já estava em execução desde 2007, permitindo a elevação do investimento público em infraestrutura e em políticas sociais. O Estado interveio também no que diz respeito a concessão de crédito, reduzindo os depósitos compulsórios dos bancos comerciais para com o Banco Central, o que acabaria teoricamente o crédito para pessoas físicas e jurídicas. Porém foram as ações dos grandes bancos públicos

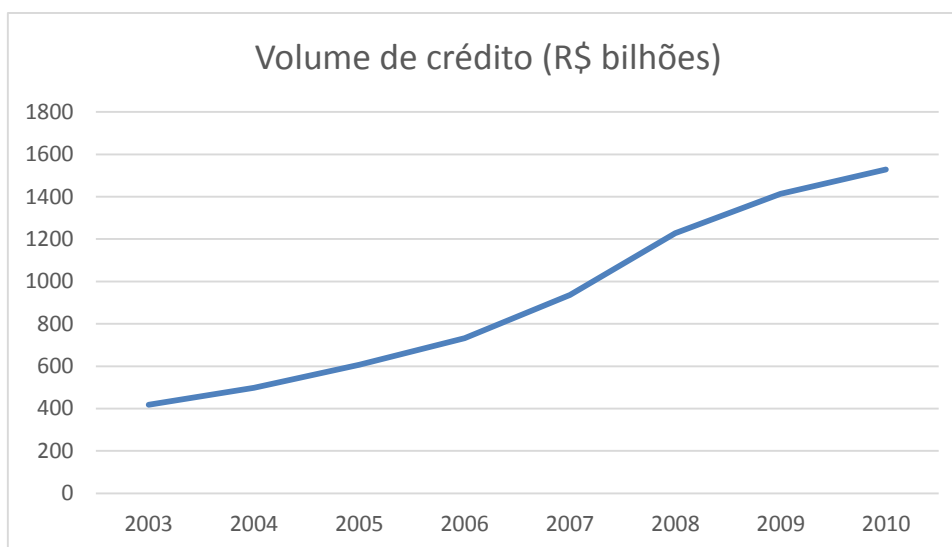
como BNDES, Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que elevaram a concessão de crédito às famílias e empresas, mesmo que a taxas elevadas. Porém, cabe exaltar que o fator determinante para preservação da economia brasileira durante a crise, foram as reduções na taxa básica de juros por parte do Banco Central, que acabou por baratear o crédito, o que seria uma estratégia vital naquele momento.

Pode-se observar nos gráficos 4 e 5 a participação do crédito no PIB brasileiro ao longo dos anos 2005 até 2009, mostrando a ampliação da disponibilidade creditícia no Brasil, principalmente durante a crise de 2008, vale exaltar o período compreendido entre 2007 e 2010 onde houve um crescimento de 35% para 50% no volume de crédito em percentual do PIB.

Gráfico 4 – Relação entre o Volume de Crédito em % do PIB



Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** BCB, 2014

Gráfico 5 – Volume de Crédito em Bilhões de Reais

Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** BCB, 2014

Assim, as ferramentas de combate à crise de 2008 utilizadas pelo governo brasileiro garantiram um contínuo crescimento ao PIB brasileiro ao longo do período. Pode-se observar na tabela 4 o desempenho do PIB brasileiro ao longo do período entre 2003 e 2010.

Tabela 4 – Desempenho do Produto Interno Bruto Brasileiro 2003 – 2010 em milhões:

Produto Interno Bruto Brasileiro 2003 - 2010							
Período	Preços Correntes em R\$	Em Milhões de Reais do Último Ano	Variação Percentual Real	População em Mil	Per capita		
					Preços Correntes em R\$	Em R\$ do Último Ano	Variação Percentual Real
2003	1.699.947.998.000	R\$ 3.359.241,58	1,1	553.603	9.412	18.598	-0,2
2004	1.941.497.999.000	R\$ 3.551.131,30	5,7	663.783	10.614	19.414	4,4
2005	2.147.238.999.000	R\$ 3.663.335,46	3,2	882.439	11.597	19.786	1,9
2006	2.369.484.000.000	R\$ 3.808.294,93	4,0	1.088.767	12.648	20.329	2,7
2007	2.661.344.001.000	R\$ 4.040.273,82	6,1	1.366.544	14.047	21.325	4,9
2008	3.032.203.004.000	R\$ 4.249.220,51	5,2	1.650.897	15.831	22.185	4,0
2009	3.239.403.999.000	R\$ 4.235.209,66	-0,3	1.625.636	16.737	21.882	-1,4
2010	3.770.084.872.000	R\$ 4.554.277,15	7,5	2.143.921	19.285	23.296	6,5

Fonte: IBGE, 2014

Lula também utilizou políticas habitacionais ao longo de seu governo, mesmo no momento de crise em 2008, sendo consideradas partes principais de sua política de desenvolvimento baseada em crédito e consumo. O Minha Casa, Minha Vida consistia basicamente na construção de habitações para famílias de baixa renda pelo setor privado

utilizando 1,2% do PIB como subsídio, além de políticas creditícias como linhas especiais de crédito oferecidas pelo BNDES para incentivar novas técnicas de construção que visem reduzir os preços das habitações populares (SINGER, 2009).

Exatamente um ano após a quebra do banco Lehman Brothers a economia brasileira volta a crescer, a inflação brasileira neste momento está desacelerada após a redução do nível de atividade econômica e associada a uma taxa real de juros variando entre 5% e 7%. A soma das ações do governo federal e a conjuntura internacional que se fazia presente nos anos de 2009 e 2010 mostravam que o país havia superado a etapa mais crítica da crise de forma relativamente vitoriosa, com uma economia estável, sem taxas de desemprego altas e com a incerteza que pairava sobre os setores econômicos brasileiros reduzida de forma drástica.

Tabela 5 – Taxa de Juros SELIC 2003–2010

PERÍODO	SELIC	TAXA DE JUROS REAL
2003	16,33%	7,03%
2004	17,75%	10,15%
2005	18,05%	12,36%
2006	13,19%	10,05%
2007	11,18%	6,72%
2008	13,66%	7,76%
2009	8,65%	4,34%
2010	10,66%	4,75%

Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** IPEADATA, 2014

Pires (2010) exalta o fato de que ao mesmo tempo em que a crise assustava e promovia incerteza no mercado externo, o país se tornava em 2009 credor do FMI, emprestando aproximadamente US\$ 10,3 bilhões para que outros países recebessem ajuda para se recompor no cenário mundial. Na tabela 5 pode-se observar o desempenho dos juros brasileiros ao longo do período analisado.

Dessa forma pode-se afirmar que as ferramentas mais importantes no combate aos efeitos da crise mundial na economia brasileira foram a disponibilidade de crédito mesmo em uma conjuntura desfavorável, o que intensificou o consumo e fez com que o mercado continuasse seu ciclo e as políticas assistencialistas que tornaram possível o ingresso das classes sociais inferiores ao mercado consumidor.

2.3 – A DISTRIBUIÇÃO FUNCIONAL DA RENDA E O BOLSA FAMÍLIA

A distribuição funcional da renda (DFR) é elemento chave no estudo do Sistema de Contas Nacionais, refere-se à repartição da renda gerada no processo produtivo pelos fatores utilizados na produção, sendo a própria realizada mediante as funções desempenhadas pelos agentes econômicos inseridos no processo produtivo (SABOIA e HALLAK NETO, 2013).

Existem dois momentos distintos para analisar a forma com a qual a distribuição da renda aparece no SCN, o primeiro, sob uma ótica produtiva, ou seja, quando a distribuição primária de renda identifica a parte destinada a remuneração do trabalhador assalariado, os possíveis ganhos de capital, o excedente operacional bruto (EOB), a remuneração atrelada à uma parcela mista de trabalho-capital que cabe ao trabalho autônomo, o rendimento misto bruto (RMB).

Sob a ótica da renda os componentes do PIB são registrados na conta de geração de renda, que tem como principal objetivo mostrar como é distribuído o valor adicionado, a renda gerada durante a relação trabalho – capital no processo produtivo e as administrações públicas, ou seja, ela mostra sob um ponto de vista produtivo as operações de distribuição de renda diretamente ligados à produção. Vale exaltar que tal conta aparece tanto nas Tabelas de Recursos e Usos (TRU) quanto nas Contas Econômicas Integradas (CEI), pode-se observar a composição do PIB sob a ótica da renda na tabela 6 (IBGE, 2013).

Tabela 6 – Componentes do PIB sob a ótica da renda

Produto Interno Bruto ou Valor Adicionado Bruto (B.1)
Remuneração dos empregados (D.1)
Ordenados e Salários (D.1.1)
Contribuições Sociais dos Empregados (D.1.2)
Impostos sobre a produção e a importação (D.2)
Impostos sobre produtos (D.2.1)
Outros impostos sobre a produção (D.2.9)
Subsídios sobre à produção (D.3)
Subsídios a produtos (D.3.1)
Outros Subsídios à produção (D.3.9)
Excedente Operacional Bruto (B.2)
Rendimento Misto Bruto (B.3)

Fonte: SABOIA e HALLAK, 2013

Houve um grande impacto no mercado de trabalho brasileiro, com alta da informalidade e achatamento dos salários no período entre 1995 e 2004 devido a problemas internos como a crise energética de 2001, risco de descontrole na inflação e endividamento público, o que acabaram fazendo com que houvesse baixo crescimento econômico até 2003 (SABOIA e HALLAK NETO, 2013).

A retomada do aumento das remunerações e do crescimento brasileiro ocorreu em 2004 e prosseguiu até 2009, tendo durante esse período uma forte ampliação do nível de indivíduos empregados formalmente e salários sendo reajustados acima da inflação como resultado pelo menos até 2008 de um excelente momento vivido pela economia mundial e interna.

Mesmo 2009 sendo um ano de grave crise internacional houveram ganhos nas remunerações, houve elevação do emprego, da massa salarial e redução da renda geral atrelada à queda do PIB (-0,3%). Dessa forma o EOB teve sua participação relativa reduzida, pois a ausência de crescimento econômico determinou a redução de ganhos dos produtores e da lucratividade geral (SABOIA e HALLAK NETO, 2013).

Até 2005 o rendimento médio real declina enquanto as ocupações crescem, as ocupações de autônomos cresceram 9% de 2000 até 2005, em contrapartida, o RMB real médio reduziu 11%. Porém a partir de 2005 ocorre o inverso, há uma redução das ocupações e os rendimentos médios reais dos autônomos cresce 16,6%. Assim com uma melhora significativa do mercado de trabalho a partir de 2005 ocorre uma redução proporcional e até mesmo absoluta das ocupações preenchidas por autônomos, o que ocasiona perda de participação relativa tanto nas ocupações quanto na massa de rendimentos em relação ao PIB e ao valor adicionado bruto (VAB) (SABOIA e HALLAK NETO, 2013).

O que se torna necessário frisar é que para que haja uma melhoria geral na distribuição da renda nacional é necessário que ocorram aumentos simultâneos no aumento do peso relativo da parcela do trabalho na renda nacional e na desigualdade na repartição pessoal da renda oriunda do trabalho. Dessa forma, levando em consideração o período composto entre 1990 e 2007, apenas houve redução real da desigualdade de renda no país entre 2003 e 2007 (IPEA, 2008).

Saboia e Hallak Neto (2013), enfatizam que a média de crescimento durante o período 1995 e 2004 foi baixa, em torno de 2,5%, refletindo de forma negativa nos salários, elevando a informalidade e aumentando a taxa de desemprego. O período composto entre os anos 2004 e

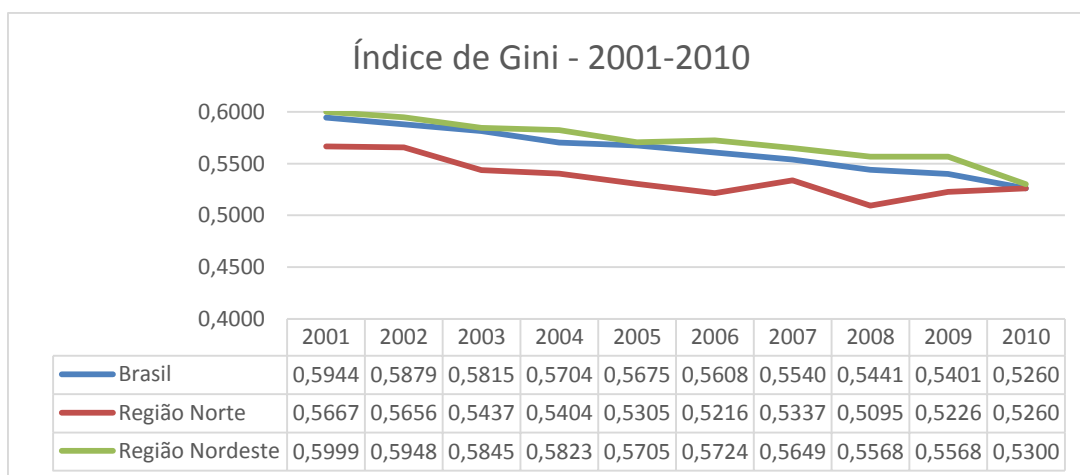
2009 foi marcado por uma recuperação da participação das remunerações, vale exaltar, que de 2004 até 2008 o Brasil alcançou a elevação do PIB acima de 3% em cinco anos consecutivos, algo que não era alcançado desde 1980, havendo também redução no indicador de desemprego e elevação da formalidade.

Dessa forma é válido expor o ano de 2010 como um momento de intensa formalização do mercado de trabalho, redução da taxa de desemprego, ganho real do salário mínimo e dos rendimentos médios do trabalho e aumento do crédito, tais fatores foram elementos chave para os fatos apresentados.

Analisando o histórico de desemprego e desigualdade no país durante o período entre 2003 e 2010 faz-se necessário utilizar um importante indicador macroeconômico que tem como principal objetivo medir o nível de concentração de renda de um grupo, apontando a diferença entre os rendimentos dos mais ricos e dos mais pobres explicitando assim a distribuição pessoal da renda, o Índice de Gini.

No gráfico 6 pode-se acompanhar o índice de Gini do Brasil e especificamente das regiões Norte e Nordeste por serem as regiões economicamente mais atrasadas.

Gráfico 6 – Índice de Gini – Brasil – Norte e Nordeste 2001–2010



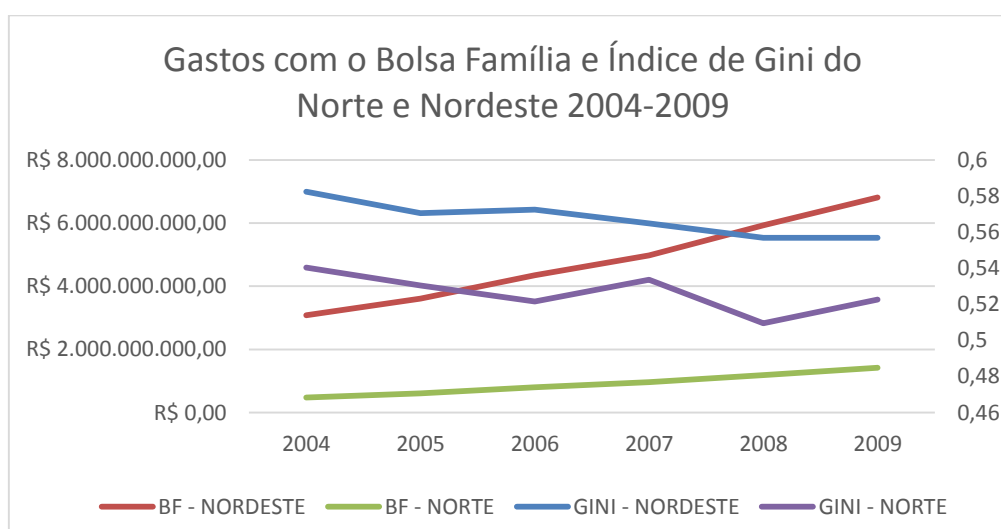
Fonte: IBGE/ Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio PNAD

Pode-se observar que entre 2005 e 2006 a região Nordeste apresentou elevação em seu índice de Gini, indo em um rumo contrário ao restante do país como um todo. Porém destacando o período entre 2001 e 2010 houve grande redução da desigualdade social no país, com bom destaque para a região Norte, que saiu em 2001 de um patamar de 0,5999 para 0,5260 em 2010.

De fato, durante o período mensurado entre 2003 e 2010 houve redução da pobreza do Brasil, aumento no salário mínimo real e transferências diretas de renda para a camada social mais pobre deram aos indivíduos a possibilidade de inserção tanto no mercado consumidor que se formou, quanto no mercado de trabalho formal. O programa de transferência de renda mais importante foi o Bolsa Família, criado em 2003 a partir da junção de programas já existentes e criados pelo governo anterior, como o Bolsa Escola, Auxílio-Gás, Cartão Alimentação e Bolsa Alimentação (IPEA, 2006).

O objetivo principal do programa é reduzir a pobreza do país, retirando de um quadro de fome e miséria milhares de pessoas e introduzi-las em um meio social, um mercado consumidor e em um mercado de trabalho formal, fazendo com que dessa forma haja o desenvolvimento econômico e humano no país. Segundo Lavinias (2002) esse tipo de programa não resulta em consequências de curto prazo, porém a ideia ao longo do tempo é de que com um complemento na renda, além dos pais terem que manter os filhos na escola, alguns indivíduos alcançarão capacitação profissional e quebrarão o ciclo de geração de miséria existente. Porém conforme pode-se observar no gráfico 7 só o aumento dos Gastos com o Bolsa Família não explica a redução do coeficiente de Gini, como foi mostrado neste capítulo e como será explicitado no capítulo 3, essa alteração no padrão social da região é associada também a outras importantes variáveis como salários, inflação e emprego.

Gráfico 7– A relação da distribuição de verba com o Bolsa Família e o Coeficiente de Gini do Norte e do Nordeste



Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** MDS e PNAD.

A realidade é que o Brasil carrega um passado de estruturação incompleta do mercado de trabalho e das políticas assistencialistas, entre 1930 e 1970 houve um intenso processo de industrialização e urbanização mal planejada, intensificando ainda mais as desigualdades sociais no Brasil. Um problema importante foi a falta de uma reforma clássica no capitalismo, como agrária, tributária e social, fazendo com que o bolo crescesse, sem que sua distribuição fosse feita, concentrando boa parte do capital em uma pequena parcela social (WERTHEIN e NOLETO, 2003).

O Bolsa Família auxiliou no processo de distribuição de renda no país, promoveu a expansão do mercado consumidor interno e auxiliou no fomento do varejo nacional, reduziu desigualdades e no médio prazo promoveu uma relativa queda na pobreza do Norte e Nordeste que são as áreas socioeconômicas mais precárias do país.

Dessa forma, pode-se afirmar que a conjuntura econômica e social do Brasil ao longo dos dois governos Lula foi marcada por aumentos reais no salário mínimo como foi mostrado na tabela 2, elevação do crédito público e privado, programas assistencialistas de transferência direta para a população de baixa renda ou miserável, redução das taxas de desemprego e uma conjuntura externa favorável. Houve uma grande redução do nível de pobreza brasileira, criando assim um potencial mercado consumidor para bens duráveis, promovendo o crescimento de redes varejistas nacionais e internacionais por todo o Brasil.

CAPÍTULO 3 – O DESEMPENHO DO VAREJO BRASILEIRO AO LONGO DO PERÍODO 2003–2010

Ao longo do período considerado neste trabalho pode-se observar um grande crescimento no que tange à contribuição da atividade varejista no PIB brasileiro, este por sua vez pode ser explicado por fatores como melhorias quantitativas e qualitativas na concessão de crédito ao consumo, uma profunda queda no desemprego, pelo relativo ganho real no salário mínimo e pelos programas de transferência de renda que intensificou o mercado consumidor de bens duráveis.

Neste capítulo serão discutidas as políticas, os fatores e os resultados do desempenho varejista brasileiro ao longo do período 2003 e 2010 com o objetivo de analisar se os próprios foram benéficos e trouxeram resultados positivos ao comércio varejista brasileiro.

3.1 – A PESQUISA ANUAL DO COMÉRCIO E O VAREJO BRASILEIRO

Ao longo do período 2003 e 2010 houve no Brasil uma gradativa evolução em diversos indicadores sociais e econômicos como já foi citado nos capítulos anteriores, ampliação do mercado consumidor brasileiro para mercadorias oriundas do mercado interno e externo, aumento do poder de compra e facilidade no acesso ao crédito, todos esses fatores contribuíram para a evolução de diversos indicadores varejistas ao longo desses anos.

Os indicadores englobarão o comércio varejista e o ampliado, onde o primeiro composto por combustíveis, bebidas, fumo, roupas, móveis, eletrodomésticos, livros e outros fatores, enquanto o segundo engloba também veículos automotores e suas peças de reposição, além de materiais de construção como pode-se observar na tabela 7.

Tabela 7 – O Comércio Varejista e o Comércio Varejista Ampliado

Comércio Varejista Brasileiro	
Comércio Varejista	1 - Combustíveis e Lubrificantes
	2 - Supermercados, fumo, bebidas e alimentos
	3 - Tecidos e Calçados
	4 - Móveis e Eletrodomésticos
	5 - Artigos farmacêuticos e de perfumaria
	6 - Equipamentos de informática e comunicação
	7 - Livros e papelaria
	8 - Artigos de uso pessoal e doméstico
Comércio Varejista Ampliado	9 - Veículos e peças
	10 - Material de Construção

Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio – IBGE, 2014b

Utilizando a Pesquisa Anual do Comércio¹ como principal fonte desse capítulo, tem-se o objetivo de elucidar o processo de evolução e crescimento dos indicadores relacionados ao varejo brasileiro.

O varejo contemplou em 2009 cerca de 22% do PIB brasileiro conforme a Pesquisa Anual do Comércio, responsável por uma relevante gama de empregos sendo um dos grandes pilares da economia brasileira nos últimos anos. Como foi apresentado no capítulo 1, o varejo nacional apresentou diversas alterações na última década, foi reinventado, tornando-se um pilar físico e virtual que movimentava bilhões de dólares ao ano.

Os dados que seguirão no próximo tópico deste trabalho englobarão alguns indicadores para expor a evolução do varejo brasileiro, por exemplo, será analisado ao longo do período 2003–2010 o crescimento do valor adicionado pelo comércio ao PIB brasileiro, bem como sua participação.

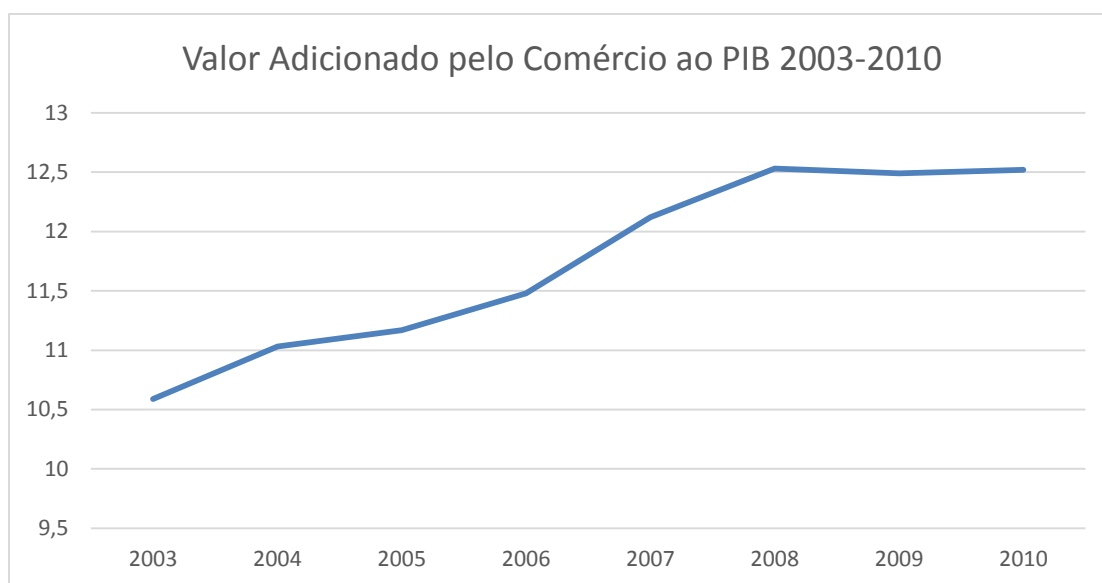
¹ Pesquisa Anual do Comércio - Suas informações são divulgadas em uma média de 1,5 ano após o encerramento do ano referencial.

3.2 – OS INDICADORES DO COMÉRCIO VAREJISTA AO LONGO DO GOVERNO LULA 2003-2010

Como foi expressado no tópico 3.1 deste capítulo, as informações a seguir seguem a ideia principal da PAC, que é expressar o comportamento do comércio brasileiro e sua importância para a economia.

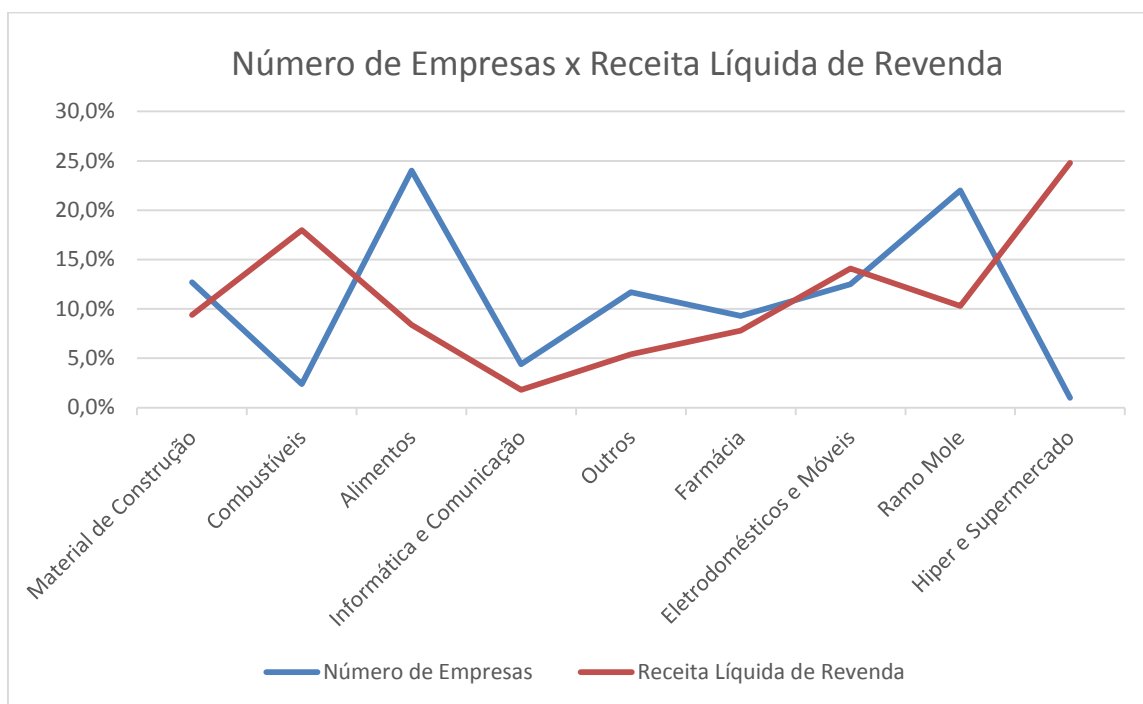
A PAC define o conceito de valor adicionado pelo comércio como um dos componentes do valor adicionado pelo setor de Serviços do PIB. O valor adicionado é representado pela diferença entre o valor de produção e o consumo intermediário, ou seja, é a contribuição do PIB pelas atividades econômicas. O gráfico 8 representa o valor adicionado pelo comércio ao PIB de 2003 até 2010, valendo exaltar o crescimento de aproximadamente 11% em 2005 para 12,5% em 2010, ou seja, um aumento de 2% na participação do comércio no valor adicionado ao PIB.

Gráfico 8 – Participação do Valor Adicionado pelo Comércio ao PIB brasileiro 2003–2010.



Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** IPEADATA, 2014

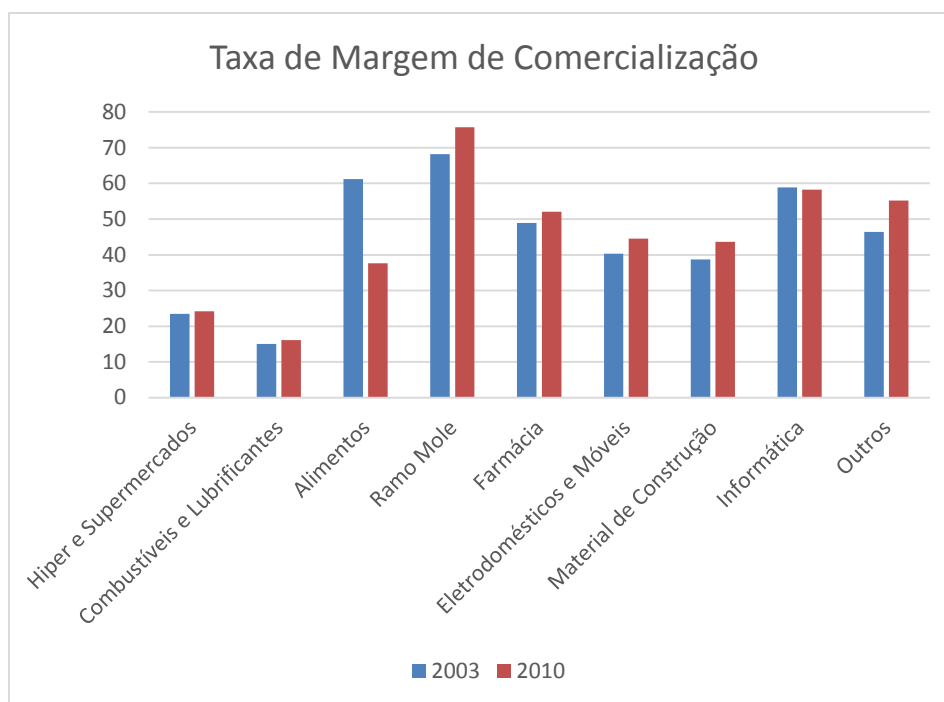
Segundo dados da Pesquisa Anual do Comércio de 2010, os ramos de hiper supermercados bem como o de combustíveis e lubrificantes geraram no ano quase 43% da receita total do comércio varejista brasileiro. O setor de hiper e supermercados apesar de possuir apenas 1% das empresas varejistas gerou segundo a pesquisa aproximadamente R\$ 190 Bilhões de receita líquida de revenda como pode-se observar no gráfico 9.

Gráfico 9 – Número de Empresas x Receita Líquida de Revenda em 2010

Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** PAC, 2010.

No que tange à modalidade de indivíduos ocupados, a atividade de destaque em 2010 foi o chamado Ramo Mole que é composto pelas atividades que envolvem tecidos, vestuários e calçados, ocupando quase 1,4 milhões de indivíduos no Brasil e obtendo a maior taxa de comercialização do varejo. Vale exaltar a grande evolução dessa atividade se comparados os períodos 2003 e 2010 com uma evolução de 10% em volume de vendas, que é explicado pela vinda de novas grifes ao país bem como o maior acesso ao crédito e a cartões de lojistas em parcerias com financeiras. Pode-se observar o comparativo da margem de comercialização² entre o período inicial e final da análise deste trabalho no gráfico 10.

² O conceito de margem de comercialização segundo Marques e Aguiar (1993) consiste na diferença de preço dos produtos nos diferentes níveis de mercado expresso em unidades equivalentes. Assim, a margem de comercialização é a soma do custo de comercialização com o lucro ou prejuízo do agente produtor.

Gráfico 10 – Margem de Comercialização 2003 x 2010

Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** PAC, 2003 e 2010

Ao longo do período 2003 e 2006 o varejo brasileiro cresceu tanto em participação no PIB brasileiro quanto em número de pessoas empregadas e estabelecimentos criados, resultado de um fomento ao mercado interno e pela expansão do crédito que houve no primeiro governo Lula como já foi citado no capítulo 2. Pode-se observar esse fato em números utilizando a tabela 8, onde houve crescimento de 9% em estabelecimentos varejistas no país acompanhado de um aumento significativo de 20% em número de indivíduos ocupados, dando assim a ideia da importância desse segmento econômico para o Brasil.

Tabela 8 – A evolução da participação varejista na economia brasileira ao longo do primeiro governo Lula 2003 – 2006

Ano	Receita Total do Varejo (bilhões de R\$)	PIB (bilhões de R\$)	Receita em % do PIB	Número de Estabelecimentos	Número de Indivíduos Ocupados
2003	296,0	1.699,9	17,4%	1.207.871	4.788.117
2004	337,0	1.941,4	17,4%	1.183.573	4.887.181
2005	406,7	2.147,9	18,9%	1.256.690	5.320.130
2006	457,5	2.322,8	19,7%	1.317.727	5.759.675

Fonte: MATTAR, 2011. **Dados:** IBGE 2003 a 2006.

A tabela 8 mostra a dinâmica do varejo brasileiro durante o primeiro governo Lula, sendo um dos principais setores em participação do PIB, pode-se dizer que isso é resultado de

uma maior regionalização das marcas, onde as empresas a partir de 2003 mudaram completamente suas estratégias competitivas, além disso, houve a atração por parte do mercado externo o que tornou a operação varejista no Brasil mais completa e ágil.

O que é válido exaltar é que essa atividade em específico beneficiou-se diretamente da ampliação do potencial de consumo dos brasileiros, bem como elevação dos níveis de renda e emprego, sendo essa inserção de novos agentes consumidores um fator chave para a evolução tanto em termos de operacionalidade quanto de resultados econômicos (MATTAR, 2011).

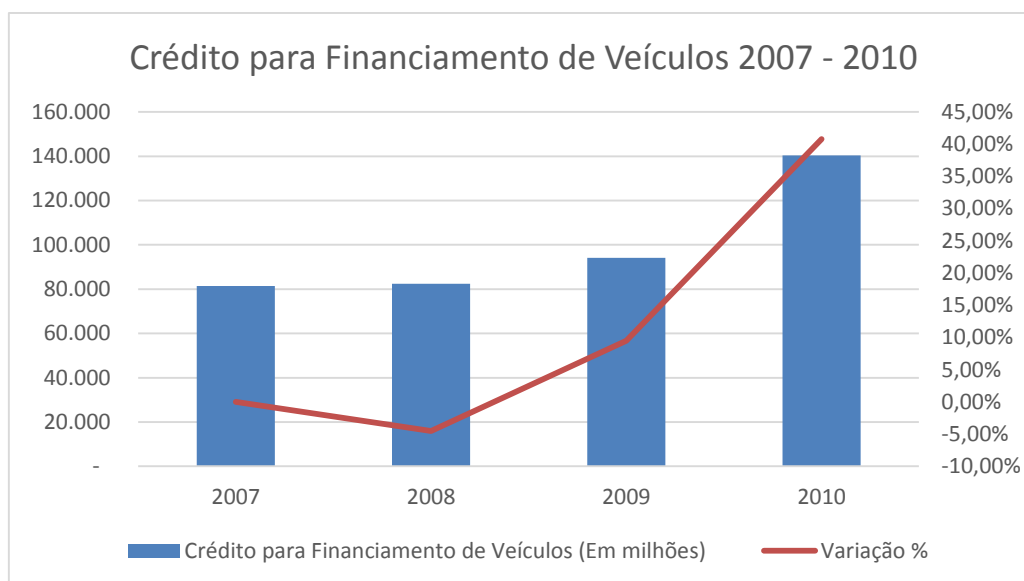
O varejo como foi explicitado ao longo dos capítulos anteriores pode ser dividido em vários segmentos, a tabela 9 abaixo explicita a evolução do faturamento do varejo brasileiro em bilhões de reais ao longo do período 2003–2006 segundo dados retirados do censo do período em questão.

Tabela 9 – A evolução do faturamento varejo brasileiro por segmento durante o primeiro governo Lula 2003 – 2006 em Bilhões de Reais

Setor do Varejo	2004	2005	2006	% Real
Comércio Especializado	114,7	137,8	155,6	43%
Comércio Não Especializado	103,9	123,9	135,5	38%
Combustível e Lubrificantes	78,2	95	105,6	43%
Ramos Moles	30,9	39,3	47,5	62%
Alimentos	9,1	10,5	13,2	56%
Artigos Usados	0,2	0,2	0,1	-51%
Total	337	406,7	457,5	44%

Fonte: MATTAR, 2011. **Dados:** IBGE 2003 e 2006.

Observa-se uma grande variação ao longo do período analisado principalmente no que diz respeito ao setor de comércio especializado e de combustíveis e lubrificantes, sendo que o segundo é explicado principalmente pelo fomento ao consumo de automóveis que foi promovido de 2003 a 2010 no Brasil com reduções e isenções fiscais, além da já citada expansão de crédito no país. Pode-se observar no gráfico 11 a evolução do crédito direcionado ao financiamento de veículos para pessoas físicas no pós-crise econômica de 2008.

Gráfico 11 – Crédito para Financiamento de Veículos por pessoa Física entre 2007 - 2010

Fonte: Elaboração do Autor. **Dados:** BCB

A expansão varejista no Brasil foi grande, porém é necessário observar que nem sempre ela ocorreu de forma homogênea em todas as regiões do Brasil. Na tabela 10 tem-se a variação acumulada do varejo brasileiro ao longo do período 2004 e 2007 dividido por região, bem como um coeficiente de dispersão que nada mais é do que a divisão entre o Desvio Padrão e a Média das taxas de crescimento por região, tal indicador mostra o grau de homogeneidade dessa expansão, sendo que, quanto menor for tal indicador mais homogêneo e generalizado foi o crescimento e quanto maior ele for, maior será o grau de discrepância do crescimento entre as regiões, conforme pode-se observar a elevação desse indicador entre os anos de 2005 e 2006 em comparação ao ano de 2004 (BCB, 2008).

Tabela 10 – O crescimento % do varejo sob a ótica regional no período 2004-2007

Região/Ano	2004	2005	2006	2007
Norte	14	17	12,4	8,1
Nordeste	9,4	16,1	10	10,4
Sudeste	9,4	3,5	7	10,6
Sul	10,5	0	2,8	8
Centro-Oeste	12,4	10,9	1,8	9,8
Brasil	9,2	4,8	6,2	9,7
Desvio Padrão	2,0	7,0	4,1	1,1
Média	10,8	8,7	6,7	9,4
Coeficiente de Dispersão	0,2	0,8	0,6	0,1

Fonte: BCB, 2008.

Os dados utilizados neste tópico do capítulo 3 mostram o desenvolvimento do comércio brasileiro ao longo do período 2003–2010, o varejo é um setor dinâmico que movimentava uma gama elevadíssima de capital e emprega uma grande parcela de indivíduos na economia brasileira, é válido afirmar que o ótimo momento vivido por tal atividade durante o período em questão é resultado de um excelente momento da economia mundial ao longo dos anos 2003 e 2006, fazendo com que fosse possível a expansão do crédito, elevação do salário mínimo real e elevação da mão-de-obra empregada em grandes conglomerados varejistas e os programas de transferência direta de renda como o Bolsa Família citado no capítulo 2, porém mesmo com a crise em 2008 o país obteve uma rápida recuperação nos anos seguintes 2009 e 2010, fazendo com que a atividade se tornasse um grande pilar econômico no PIB brasileiro.

3.3 – A CRISE ECONÔMICA E O DESEMPENHO DO VAREJO BRASILEIRO – ASPECTOS POSITIVOS E NEGATIVOS DA CONJUNTURA ECONÔMICA ANALISADA

O setor varejista foi um dos principais pilares do mercado interno brasileiro ao longo dos anos 2008 e 2009 amenizando os efeitos internos da crise internacional. Tal afirmação se torna verdadeira a partir do pressuposto inicial de que o setor varejista está presente em todos os municípios do país, tendo os conhecidos como “Grandes Varejistas” presentes de maneira física em aproximadamente 360 municípios, quase 6% do país. Porém vale exaltar que essas mesmas redes atendem praticamente todo o restante via comércio eletrônico e catálogos.

Pode-se colocar as famílias brasileiras como a chave de conexão entre a política adotada pelo governo Lula 2003–2010 e o desempenho varejista no período mesmo diante de uma grave crise econômica e financeira. O aumento do poder aquisitivo das próprias resultado das políticas explicitadas ao longo do capítulo 2 foi fator decisivo no que diz respeito ao Brasil não ter sofrido durante o ápice da crise em 2008 tanto quanto os EUA e potências europeias.

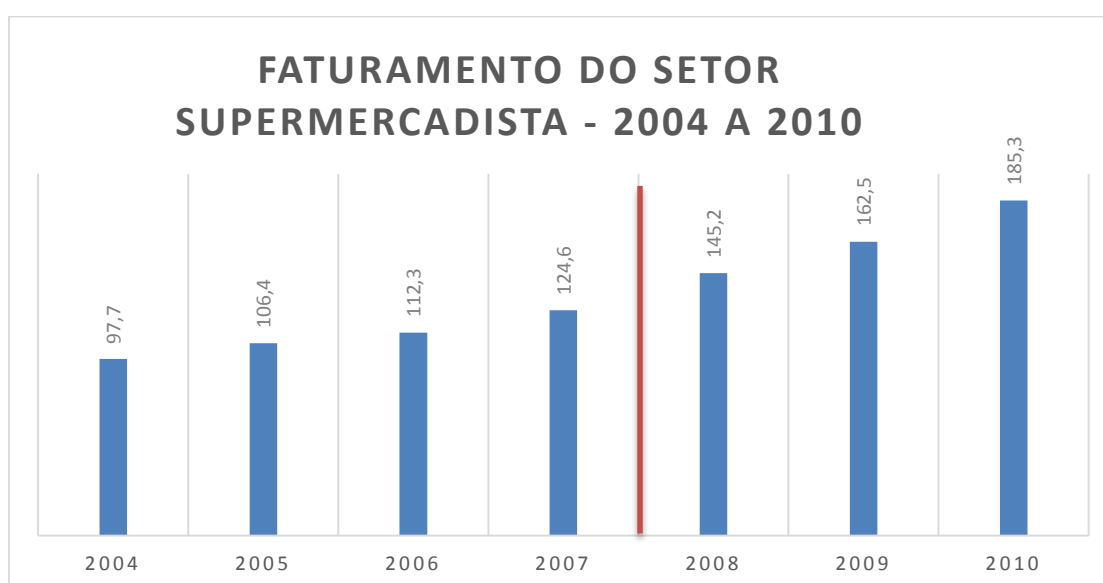
Diferente do setor varejista norte-americano e europeu que dependem muito de suas bolsas de valores para financiar investimentos o Brasil ao longo de 2008 e 2009 expandiu seu mercado consumidor utilizando o crédito, expandiu sua concessão em instituições públicas e incentivou instituições privadas a fim de que o consumidor continuasse adquirindo bens de consumo duráveis e mantivesse de pé as grandes redes geradoras de renda e emprego.

O fato é que de 2000 até 2012 o mercado interno brasileiro sofreu diversas alterações conjunturais dado o aumento da capacidade de consumo das famílias, em conjunto com uma maior estabilização da inflação no período, com o aumento real do salário mínimo conforme visto no capítulo 2 na discussão sobre a distribuição funcional da renda, o aumento da concessão de crédito e os subsídios sociais por parte do governo federal. Tais fatores mesmo durante a crise tornaram o Brasil um dos países que mais consomem bens duráveis no mundo, estando no mesmo grupo de países como EUA e China (FERREIRA, 2013).

Vale exaltar os dados relevantes ao setor de supermercados apresentados no tópico anterior que mostram o desempenho do setor supermercadista brasileiro que crescia de forma contínua e gradativa enquanto os setores industriais e agropecuários brasileiros amargavam consideráveis perdas financeiras ao longo do período da crise.

De fato, este foi um setor muito importante para explicar o desempenho do varejo brasileiro como um todo, levando em consideração que houve um acúmulo nominal de 28% em crescimento de 2004 até 2007 enquanto o PIB cresceu no mesmo período por volta de 19%. Já entre 2008 e 2010 houve um acúmulo de crescimento em torno de 27% enquanto o PIB do mesmo período obteve crescimento nominal de 24%, conforme pode-se observar no gráfico 9.

Gráfico 12 – Faturamento do Setor Supermercadista Brasileiro 2004 - 2010

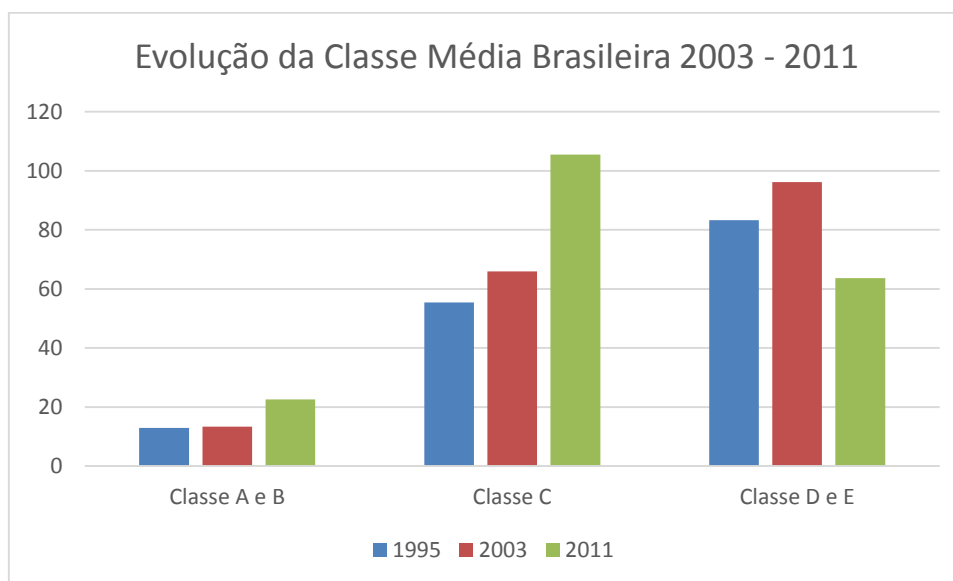


Fonte: FERREIRA, 2013. **Dados:** ABRAS e IBGE.

A conjuntura econômica interna já citada foi benéfica para o desempenho varejista à medida em que houve a eclosão de uma nova classe média que conseguia adquirir bens duráveis

de alto valor utilizando como principal auxílio o crédito, seja ele na forma de cartões, Crédito Direto ao Consumidor (CDC), Empréstimos Pessoais etc, além de uma classe D e E que antes consumiam alimentos básicos para sua sobrevivência e passaram a ter carnes e massas em seu cardápio diário. Pode-se observar no gráfico 13 a evolução das classes sociais brasileiras segundo dados do IBGE.

Gráfico 13– Evolução da Classe Média Brasileira (C) 2003 – 2011



Fonte: FERREIRA, 2013. **Dados:** IBGE

Porém é necessário expor que com a evolução de uma classe média consumista devido a melhorias consideráveis nas condições financeiras da população e nas condições macroeconômicas brasileiras houve um aumento de otimismo por parte do mercado e dos produtores que acabavam por estimular a demanda de crédito que por sua vez elevou o grau de endividamento da população, principalmente via cartão de crédito e por conta de financiamentos de veículos e residências que eram parcelados em média de 6 e 30 anos respectivamente, isso elevaria ao final de 2010 a uma elevação do nível de inadimplência no país, porém vale exaltar que as instituições financeiras em contra partida acabavam por manter seus spreads em níveis altos, reduzindo assim os riscos da operação (FERREIRA, 2013).

Pode-se afirmar que houve um processo de elevação do consumo por parte das famílias havendo assim uma grande ampliação do mercado consumidor, onde a classe C se tornou elemento predominante em tal setor no lugar das classes D e E, sendo que um dos principais fatores dessa mudança foi a expansão do crédito que possibilitou o alcance das camadas menos favorecidas financeiramente à adquirir bens antes quase que intangíveis (COSTA, 2008).

Um ponto importante a ser destacado nesse trabalho é o consumo das famílias sob a ótica do Sistema de Contas Nacionais, para tal, família é um conjunto de indivíduos que vive em um mesmo domicílio e compartilha despesas com alimentação, habitação etc. O consumo das famílias é uma variável importante na análise do SCN, sendo o maior componente da demanda final, estando relacionado à renda disponível das famílias. Nas CEI a poupança das famílias é obtida pelo saldo entre a renda que está disponível e o consumo final, que pode ser em ativos fixos ou variáveis, assim, o saldo entre a poupança e a formação bruta de capital fixo seria uma possível necessidade ou capacidade de financiamento (IBGE, 2014).

O consumo representou em 2008 aproximadamente 80% do PIB e passou em 2009 a representar 82%, sendo que o consumo das famílias foi um dos principais responsáveis por esse aumento no período, a despesa das famílias com consumo final cresceu cerca de 4,4% sendo coerente com o aumento da massa salarial em torno de 3,3% e com o aumento nominal de 19% das operações de crédito para pessoa física, pode-se observar na tabela 11 os componentes do PIB sob a ótica da despesa referente ao período entre 2008 e 2010.

Tabela 11 – Componentes do PIB sob a Ótica da Despesa 2008-2010

Componentes do PIB pela ótica da despesa	Variação Real Anual		
	2008	2009	2010
Total	5,2	(-) 0,3	3,9
Despesa de Consumo Final	5,0	4,1	4,2
Despesa de Consumo das Famílias	5,7	4,4	4,9
Despesa de Consumo da Administração Pública	3,2	3,1	2,2
Despesa de Consumo das Instituições Sem Finalidades Lucrativas a Serviço das Famílias	4	5,7	(-) 2,3
Formação Bruta de Capital Fixo	13,6	(-) 6,7	6,6
Exportação de Bens e Serviços	0,5	(-) 9,1	4,8
Importação de Bens e Serviços	15,4	(-) 7,6	9,4

Fonte: IBGE, 2011 e 2015

Na tabela 12 pode-se observar a formação bruta de capital fixo por setor institucional de 2003 até 2010 em valores reais a fim e observar o investimento nos períodos anterior e posterior à crise econômica mundial de 2008.

Tabela 12 – Formação Bruta de Capital Fixo em Valores Reais de 2003-2010

Setores Institucionais	Formação bruta de capital fixo (1 000 000 R\$)							
	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	235.561	292.778	324.455	378.582	446.812	552.147	560.339	765.819
Empresas não financeira	144.200	181.469	201.968	228.673	278.688	354.835	331.640	412.156
Empresas financeiras	614	2.501	3.156	3.080	3.597	3.895	3.960	6.184
Administração pública	23.223	31.459	35.589	47.068	53.701	71.097	79.066	120.814
Famílias	65.162	74.639	79.835	95.368	105.848	116.491	138.297	224.140
Instituições sem fins de lucro a serviço das famílias	2.406	2.710	3.907	4.392	4.977	5.828	6.377	2.585

Fonte: IBGE, 2011 e 2015

Houveram grandes modificações conjunturais no comércio varejista brasileiro conforme foi mostrado nesse trabalho, houve grande elevação real do salário mínimo, expansão creditícia, elevação do poder de compra e crescimento da classe média brasileira, possibilitando uma grande expansão no consumo das famílias conforme pode-se observar no anexo 1 nas Contas Econômicas Integradas das Famílias de 2003 até 2010.

Dados todo os fatos compreendidos entre os capítulos 2 e 3 é válido expor alguns pontos que são relevantes para o desfecho deste trabalho. Ao longo do período 2003 e 2010 o governo implementou um período de fortalecimento do mercado interno impulsionado via consumo, este por sua vez atrelado a uma ascensão da classe D e E para uma nova classe C, que passou a usufruir de um poder aquisitivo maior para adquirir bens de consumo duráveis. Por sua vez, esse poder aquisitivo veio de uma abrupta expansão creditícia oriunda de instituições públicas e privadas, da elevação real do salário mínimo no período e dos programas de transferência direta de renda como o Bolsa Família, estes fatores por sua vez introduziram no mercado consumidor indivíduos que antes consumiam apenas o básico para sua sobrevivência. O fato é que mesmo vivenciando um período de crise econômica mundial o país superou o período de 2008 até meados de 2010 com forte ritmo de crescimento e expansão varejista, redução dos índices de desigualdade social, queda nas taxas de desemprego e estabilização inflacionária.

CONCLUSÃO

A motivação para realização desse trabalho foi a relevância do assunto abordado e pela possibilidade de discutir diferentes conceitos e a forma como eles se relacionam dado o contexto geral do varejo e da conjuntura econômica que predominou ao longo do período 2003-2010.

No período analisado neste trabalho composto por dois governos do presidente Lula, as taxas de crescimento do varejo apresentaram um intenso ritmo de crescimento com taxas bem superiores ao PIB nacional. A partir de 2006 tem-se uma maior ascensão de tal atividade ganhando força e importância na geração de emprego e renda, promovendo uma verdadeira evolução social no país e expandindo o mercado consumidor brasileiro.

O foco deste trabalho foi analisar a conjuntura econômica presente entre o período 2003 e 2010 em parceria com a evolução do varejo brasileiro utilizando conceitos e visões da contabilidade social como as Contas Econômicas Integradas e demais indicadores macroeconômicos.

Pode-se afirmar que esse estudo expôs a relação entre o aumento do consumo das famílias, a redução da taxa de desemprego, a elevação do salário mínimo real e a política assistencialista por parte do governo com a evolução do varejo brasileiro, que vale exaltar, obteve taxas de crescimento superiores ao PIB brasileiro mesmo com a inflação presente no país ao longo do período analisado.

O crédito foi mostrado como uma ferramenta fundamental nessa evolução, tendo muitas vezes recebido uma atenção especial ao longo deste trabalho. A expansão creditícia no Brasil foi muito elevada no período em diversas modalidades de financiamento, empréstimos, consignados, crédito direto ao consumidor, cartões de crédito bem como a quantidade de indivíduos que abriram contas corrente e poupança em instituições bancárias.

O mesmo vale para o programa Bolsa Família que foi exposto e elucidado ao longo do capítulo dois, contribuiu de forma clara para a expansão varejista no Brasil, introduzindo uma grande gama de indivíduos no mercado consumidor de bens duráveis e reduzindo a desigualdade do país em parceria com os demais fatores já citados.

Por fim, pode-se dizer que em aspectos sociais os fatos citados neste trabalho foram positivos, pelo menos no que diz respeito a conjuntura econômica do período analisado, não levando em consideração seus desdobramentos e consequências no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS (ABRAS). Revista SuperHiper (2009 a 2013). Disponível em: < <http://www.abrasnet.com.br/superhiper/>>.

ARAÚJO, M.S. Evolução e definição das contas financeiras no âmbito do Sistema de Contas Nacionais. Departamento de Estudos e Pesquisas do Banco Central do Brasil, Rio de Janeiro, v5 n.1, p 107-123, jan./jun. 2001.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. 2008. Boletim Regional do Banco Central do Brasil, Evolução do Comércio Varejista Regional, p.86, 2008.

BRASIL. BNDES. BNDES e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Brasília: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, 2008. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Areas_de_Atuacao/Infraestrutura/pac.html>. Acesso em: abr 2015.

BARBOSA, N. & SOUZA, J.A.P. A inflexão do governo Lula: Política Econômica, crescimento e distribuição. In: SADER, A & GARCIA, M. Brasil, entre o passado e o futuro. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Boitempo, 2010.

BOLSA FAMÍLIA. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>>. Acesso em Fevereiro de 2015.

COSTA, F.N. Bancos e Crédito no Brasil: 1945-2007 – História e Economia Revista Interdisciplinar UNICAMP, São Paulo, V.4,n. 2, p. 134 – 160, 2º semestre 2008.

FEBRABAN. Dados e Estatística Bancária. Disponível em: <<http://www.febraban.org.br/bd/>>. Acesso em Janeiro de 2015.

FEIJO, Carmem Aparecida & RAMOS, Roberto Luís Olinto. Contabilidade Social – A nova referência das Contas Nacionais do Brasil. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora LTDA, 2008.

FEIJO, Carmem Aparecida & RAMOS, Roberto Luís Olinto. Contabilidade Social – A nova referência das Contas Nacionais do Brasil. 4.ed. Rio de Janeiro: Elsevier Editora LTDA, 2013.

FERREIRA, P.R.A, O processo de globalização do varejo de massa e as lutas competitivas: O caso do setor supermercadista no Brasil, 2013.

FILGUEIRAS, Luiz, GONÇALVES, Reinaldo. A Economia Política do Governo Lula. Rio de Janeiro: Ed Contraponto, 2007.

FROYEN, Richard. “Macroeconomia”. 5ª Edição. Editora Saraiva, 2003.

GIAMBIAGI, Fábio. Economia Brasileira Contemporânea: 1945 – 2010. 2ª Edição Rio de Janeiro, 2011.

GONÇALVES, Reinaldo. Ciclo Econômico Global e vulnerabilidade externa estrutural do Brasil, 2012.

HIRSCHFELDT, V.R. Shopping Center – O templo de Consumo. Rio de Janeiro: ABRASCE 1986.

IBGE. 2007. Classificação Nacional das Atividades Econômicas Versão 2.0. Acesso em: jun 2014 – jul 2014.

IBGE. 2009. Economia. Sistema de Contas Nacionais. Acesso em: fev 2014 – abr 2014.

IBGE. 2010. Sistema de Contas Nacionais, Estrutura do Sistema de Contas Nacionais. Acesso em: fev 2015 – mar 2015.

IBGE. 2011. Sistema de Contas Nacionais, Estrutura do Sistema de Contas Nacionais. Acesso em: jun 2015.

IBGE 2013. Notas Metodológicas sobre o Sistema de Contas Nacionais - Diretoria de Pesquisas. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/-notas_metodologicas_SCN_referencia_2010.shtm> Acesso: abr 2015.

IBGE, 2014a - Pesquisa Anual do Comércio. IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/comercioeservico/pac/2010/>. Acesso em Março de 2015.

IBGE, 2014b - Pesquisa Mensal do Comércio. IBGE. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/comercio/pmc/>. Acesso em Março de 2015.

IBGE. 2015. Sistema de Contas Nacionais, Estrutura do Sistema de Contas Nacionais. Acesso em: jul 2015.

IPEA, 2006. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Nota técnica sobre a recente queda da desigualdade de renda no Brasil. Acesso: abr 2015. Disponível em:<<http://www.ipea.gov.br>>.

IPEA ,2008. Distribuição funcional da renda no brasil: situação recente, comunicado do Ipea 14, IPEA.

IPEADATA. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br> >. Acesso em fev 2015.

KATSUK, R.S, PINHEIRO, V.F – A Política de Crédito do Governo Lula, no período 2003 e 2010, Paraíba, 2012.

KEYNES, John Maynard. A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda. 2 Edição. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KEYNES, John Maynard. *How to Pay for the War*. Pp VII, 88. In: The ANNALS of the American Academy of Political and Social Science September 1940, New York. Harcourt, Brace & Co, 1940.

LAVINAS, Lena. Avaliação de Programas de Renda Mínima. Ipea, 2002.

LOBATO, F.T.R, SILVA, A.P, RIBEIRO,K.C de S. O impacto da estratégia de crédito na liquidez e rentabilidade: uma análise das lojas de departamentos do setor de comércio varejista. Revista Contemporânea de Contabilidade, v.6,n.12,p.11 – 34, 2009.

MANKIW, Gregory. Introdução à Economia: Princípios de Micro e Macroeconomia. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

MARQUES, P.V; AGUIAR, D.R.D, Comercialização de Produtos Agrícolas, Edusp, São Paulo, 1993.

MARQUES, Rosa Maria, FERREIRA, Mariana Ribeiro Jansen, Boyadjian (et al.). O Brasil sob nova ordem. São Paulo: Saraiva, 2010.

MATHIAS, J.F.C.M, A Influência do pensamento de Keynes nas Contas Nacionais: das origens ao desenvolvimento do SNA, 1993 In: IV Econtro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, 2011, Rio de Janeiro. Anais do IV Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira. Rio de Janeiro: AKB, 2011.

MATTAR, Fauze. Administração de Varejo, 4ª Edição, Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

HALLAK NETO, João, SABOIA, João. A distribuição funcional da renda no Brasil: Análise dos resultados recentes e estimação da conta da renda nos anos de informações preliminares do Sistema de Contas Nacionais, 2013.

NUNES, E. P. CONTINI, E. Complexo agroindustrial brasileiro. Caracterização e dimensionamento. Brasília: Associação Brasileira de Agribusiness, 2001.

NUNES, E. P. (1998) Sistema de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp/IE, maio de 1998.

PINTO, Eduardo, TEIXEIRA, Rodrigo. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: Dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. Economia e Sociedade, Campinas, v.21, Número Especial, p.909-941, dez.2012.

PIRES. Marcos Cordeiro; Corsi Francisco Luiz (et al.). Economia brasileira: da colônia ao governo Lula. São Paulo: Saraiva, 2010.

SCHUMPETER, J. A Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (Edição Original, 1912).

SINGER, A. Raízes Sociais e Ideológicas do Lulismo. Novos Estudos CEBRAP, nº 85, nov 2009.

SABOIA, João e HALLAK NETO, João. Distribuição funcional da renda no Brasil: Análise dos resultados recentes da Conta da Renda nos anos de informações preliminares do Sistema de Contas Nacionais, 2013.

VAROTTO, Leandro. Ponto de Vista. História do Varejo. Nº01, fev/abr 2006.

VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval. Fundamentos de Economia. São Paulo: Saraiva 2003.

WERTHEIN, Jorge; NOLETO, Marlova Jovchelovitch (Org.). Pobreza e desigualdade no Brasil: traçando caminhos para a inclusão social. Brasília: UNESCO, 2003.

Anexo 1 – Contas Econômicas Integradas das Famílias de 2003 até 2010.

Contas, operações e saldos		2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
		I. Conta de produção							
Recursos									
P.1	Produção	465 560	499 613	539 595	575 222	649 927	718 373	748 990	931 989
P.11	Produção mercantil	325 469	349 669	377 023	403 964	464 208	516 425	523 110	655 778
P.12	Produção não mercantil	140 091	149 944	162 572	171 258	185 719	201 948	225 880	276 211
Usos									
P.2	Consumo intermediário	107 564	116 808	126 988	136 280	160 181	184 474	189 607	261 890
B.1	Valor adicionado bruto	357 996	382 805	412 607	438 942	489 746	533 899	559 383	670 099
II. Conta de distribuição e uso da renda									
II.1. Conta de distribuição primária da renda									
II.1.1. Conta de geração da renda									
Recursos									
B.1	Valor adicionado bruto	357 996	382 805	412 607	438 942	489 746	533 899	559 383	670 099
Usos									
D.1	Remuneração dos empregados	46 751	54 570	61 418	66 814	74 153	80 617	91 030	85 910
D.11	Ordenados e salários	43 946	51 303	57 878	62 795	69 887	76 314	85 571	81 784
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	2 805	3 267	3 540	4 019	4 266	4 303	5 459	4 126
D.2-D.3	Impostos, líquidos de subsídios, sobre a produção e a importação	125	198	124	281	143	160	188	(-) 592
B.2	Excedente operacional bruto	131 060	138 783	150 206	158 928	174 733	187 817	207 741	253 532
B.3	Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)	180 060	189 254	200 859	212 919	240 717	265 305	260 424	331 249
II.1.2. Conta de alocação da renda primária									
Recursos									
B.2	Excedente operacional bruto	131 060	138 783	150 206	158 928	174 733	187 817	207 741	253 532
B.3	Rendimento misto bruto (rendimento de autônomos)	180 060	189 254	200 859	212 919	240 717	265 305	260 424	331 249
D.1	Remuneração dos empregados	672 205	763 765	861 418	969 780	1 100 777	1 268 714	1 414 217	1 619 069
D.11	Ordenados e salários	529 192	598 793	681 844	771 327	871 063	1 002 829	1 115 313	1 278 164
D.12	Contribuições sociais dos empregadores	143 013	164 972	179 574	198 453	229 714	265 885	298 904	340 905
D.4	Rendas de propriedade	155 463	157 099	192 873	226 113	249 382	302 470	375 614	512 072
D.41	Juros	88 168	77 248	106 547	120 257	142 239	188 151	260 244	265 994
D.42	Dividendos e retiradas	35 485	47 814	51 499	65 883	63 849	70 076	68 874	198 464
D.44	Rendimento de propriedade atribuído a detentores de apólices de seguros	31 810	32 037	34 827	39 973	43 294	44 243	46 496	47 614
Usos									
D.4	Rendas de propriedade	27 830	27 294	47 526	66 872	82 879	132 931	185 199	181 570
D.41	Juros	27 750	27 199	47 412	66 734	82 741	132 711	184 976	181 231
D.45	Renda da terra	80	95	114	138	138	220	223	339
B.5	Saldo das rendas primárias brutas	1 110 958	1 221 607	1 357 830	1 500 868	1 682 730	1 891 375	2 072 797	2 534 352
II.2. Conta de distribuição secundária da renda									
Recursos									
B.5	Saldo das rendas primárias brutas	1 110 958	1 221 607	1 357 830	1 500 868	1 682 730	1 891 375	2 072 797	2 534 352
D.62	Benefícios sociais, exceto transferências sociais em espécie	256 544	283 348	321 654	366 398	406 702	450 625	506 919	568 962
D.7	Outras transferências correntes	14 053	14 120	14 768	15 018	15 551	17 200	18 890	18 824
Usos									
D.5	Impostos correntes sobre a renda, patrimônio, etc.	55 113	59 706	74 500	81 950	86 752	92 932	95 523	113 236
D.61	Contribuições sociais	211 451	233 874	267 848	304 784	339 665	390 791	425 775	468 780
D.7	Outras transferências correntes	18 454	20 151	24 353	28 397	32 708	37 381	30 637	54 736
B.6	Renda disponível bruta	1 096 537	1 205 344	1 327 551	1 467 153	1 645 858	1 838 096	2 046 671	2 485 386

II.3. Conta de redistribuição da renda em espécie

Recursos									
B.6	Renda disponível bruta	1 096 537	1 205 344	1 327 551	1 467 153	1 645 858	1 838 096	2 046 671	2 485 386
D.63	Transferências sociais em espécie	139 810	153 908	170 607	198 883	223 824	258 827	295 526	353 863
Usos									
B.7	Renda disponível bruta ajustada	1 236 347	1 359 252	1 498 158	1 666 036	1 869 682	2 096 923	2 342 197	2 839 249

II.4. Conta de uso da renda
II.4.1. Conta de uso da renda disponível

Recursos									
B.6	Renda disponível bruta	1 096 537	1 205 344	1 327 551	1 467 153	1 645 858	1 838 096	2 046 671	2 485 386
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP	29 065	31 691	34 489	40 716	37 250	49 434	40 594	46 400
Usos									
P.3	Despesa de consumo final	1031028	1135 125	1265 094	1396 034	1562 359	1751853	1940 522	2 279 723
B.8	Poupança bruta	94 574	101 910	96 946	111 835	120 749	135 677	146 743	252 063

II.4.2. Conta de uso da renda disponível ajustada

Recursos									
B.7	Renda disponível bruta ajustada	1 236 347	1 359 252	1 498 158	1 666 036	1 869 682	2 096 923	2 342 197	2 839 249
D.8	Ajustamento pela variação das participações líquidas das famílias nos fundos de pensões, FGTS e PIS/PASEP	29 065	31 691	34 489	40 716	37 250	49 434	40 594	46 400
Usos									
P.4	Consumo final efetivo	1170 838	1289 033	1435 701	1594 917	1786 183	2 010 680	2 236 048	2 633 586
B.8	Poupança bruta	94 574	101 910	96 946	111 835	120 749	135 677	146 743	252 063

III. Conta de acumulação
III.1. Conta de capital
Variações de passivos e patrimônio líquido

B.8	Poupança bruta	94 574	101 910	96 946	111 835	120 749	135 677	146 743	252 063
D.9	Transferências de capital a receber	0	0	0	0	0	0	5 250	986
D.9	Transferências de capital a pagar	(-)2 581	(-)2 602	(-)3 093	(-)3 720	(-)4 650	(-)5 479	(-)6 099	(-)2 802

Variações de ativos

P.51	Formação bruta de capital fixo	71843	80 099	84 393	98 018	110 210	122 993	143 598	232 612
P.52	Variação de estoques	232	0	0	0	0	0	0	0
B.9	Capacidade (+) / Necessidade(-) líquida de financiamento	19 918	19 209	9 460	10 097	5 889	7 205	2 296	17 635

Fonte: IBGE, 2011